

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO

MARINALVA FERREIRA MONTEIRO

TERRITÓRIO COMO ABRIGO E RECURSO: as implicações do desmatamento em
Colônia Amélia/Turiaçu/MA



São Luís

2022

MARINALVA FERREIRA MONTEIRO

**TERRITÓRIO COMO ABRIGO E RECURSO: as implicações do desmatamento em
Colônia Amélia/Turiação/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rosa Marques

São Luís

2022

Monteiro, Marinalva Ferreira.

Território como abrigo e recurso: as implicações do desmatamento em Colônia Amélia/Turiçu/MA / Marinalva Ferreira Monteiro. – São Luís, 2022.

102 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rosa Marques.

1.Território. 2.Territorialidade. 3.Desmatamento. 4.Colônia Amélia (MA).

4.Caminhada perceptiva. Título.

CDU:911.372.2(812.1)

MARINALVA FERREIRA MONTEIRO

TERRITÓRIO COMO ABRIGO E RECURSO: as implicações do desmatamento em
Colônia Amélia/Turiação/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovada em: 28 / 07 / 2022

BANCA EXAMINADORA



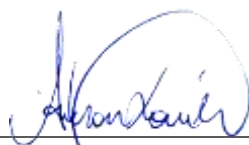
Profa. Dra. Ana Rosa Marques (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Universidade Estadual de Campinas



Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza

Universidade Estadual do Maranhão

“Ao Senhor Deus Pai, Filho e Espírito Santo.
Á minha família de origem e a família que
construí, meu alicerce e porto seguro de todas
as horas. Aos amigos e amigas que se fizeram
presentes mesmo na distância”.

AGRADECIMENTOS

A Deus pai misericordioso, que acredito ser o autor da vida.

À minha mãe, Marisete, por seu amor incondicional, por ser meu porto seguro, parceira de todas as horas, por ter me ensinado a ser destemida e guerreira assim como ela. Ao meu pai João, por seus ensinamentos e amor sem o qual eu nunca teria alçado voo tão alto. Aos meus filhos, razão de tanto amor e de tantas lutas: Lucas, meu primogênito; Mickelly, minha pequena grande leoa; e Kennedy, meu caçulinha carinhoso. Ao meu esposo, Reinaldo, pelo companheirismo, afeto, amizade e compreensão que mesmo no seu silêncio é meu maior incentivador. Aos meus irmãos, companheiros e cúmplices de tantas histórias vividas. À família do meu esposo, que se tornou minha família também.

Aos primos que o PPGeo me deu, Antonio José Cruz e Elinalva Lima. Em meio a uma pandemia, nossos laços não se limitaram à vida acadêmica, mas se estenderam ao convívio de amizade. A todos e todas que compõem a família Ferreira Monteiro. Às amigas e amigos que, mesmo na distância estiveram, sempre presentes.

À turma do Mestrado 2020.1, pelo aprendizado e pelos compartilhamentos.

Gratidão pelo apoio das equipes envolvidas com a elaboração do mapeamento da Cartografia Social: equipe de geoprocessamento, nas pessoas de Antonio José da Cruz, Chiquinho Cardoso, Reinaldo Alves de Sousa e Erivan A. Sousa; equipe de elaboração e confecção dos croquis, composta por João Gabriel Sousa, Letícia S. de Jesus, Lucineide A. de Sousa, Flávio Diniz Júnior, Marcos Antonio C. Rocha, Rosinha, Kelly dos Santos, Euvance M. Souza, Samira L. Ribeiro, Gildinária Pinheiro e Bruna Chayane Borges. Agradecimento todo especial a Edelson L. Maciel, responsável pela cartografia e pelo geoprocessamento do mapa cartografia da ação social. Agradeço de coração.

À Nana Alves, pelo atendimento, presteza, carinho, incentivo e apoio, sendo sempre solícita e preocupada com o andamento dos processos inerentes ao mestrado e muitas vezes indo além disso, estendendo a mão amiga nos momentos difíceis.

Pela disponibilidade e contribuição, agradeço aos moradores da comunidade Colônia Amélia que concederam entrevistas, participaram de rodas de conversa e caminhada perceptiva. Meu carinho e agradecimento sincero: Raimundo, Julinar Sousa, Maria da Glória Ferreira, José Felipe de Araújo Sousa e Pedro Tomaz de Sousa.

Minha gratidão à professora Dra. Ana Rosa Marques, que se fez tão presente neste processo do mestrado, mesmo à distância. Sua orientação ultrapassou os muros da academia e

atingiu meu coração, desempenhando com maestria seu papel e indo além dele, me motivando, apoiando e acreditando em mim quando muitas vezes fraquejei nessa crença. Levo para a vida sua sabedoria e amizade.

Agradeço ainda a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação, que souberam lidar tão bem com a situação diante desse momento atípico da história que ora atravessamos, nos motivando diante das adversidades e compartilhando conosco seus saberes, nas pessoas dos professores José Arilson, Claudio Eduardo e da professora Ana Rosa.

Estendo os agradecimentos aos professores Vicente Eudes e José Arilson, que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca deste trabalho, compartilhando desse modo seus saberes que certamente contribuirão não só para o aprendizado, mas para vida.

Por fim, à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), por proporcionarem a realização desse sonho.

A todos e todas minha gratidão e carinho, que se estendem para além dos aqui mencionados.

Sumaúma

*Plantada por um morador apaixonado pelo lugar,
hoje projeta sombra propiciando bem-estar.
Por essa gente sofrida és muito querida,
sendo símbolo de vida,
da floresta és um exemplar!
Testemunhastes momentos de alegria e também de muita dor,
imponente frente à igreja muita coisa testemunhou,
de tiros dados em Judas na celebração d'Aleluia,
aos batizados, casamentos e também festas de rua.
Minha querida Sumaúma!
Do alto assistes à celebração do sagrado e do profano,
Oh, frondosa Sumaúma! Contigo foram muitos anos.
Árvore frondosa, amada, pelos anos ferida,
aconchego e acalanto para as dores da nossa lida,
certeza que a esperança continua mesmo nas
adversidades,
a cada ano tu cresces, assim como nossa comunidade,
que sonha por dias melhores com mais justiça social
e igualdade!*

Marinalva Ferreira Monteiro, 2021

RESUMO

O estímulo para desenvolver este trabalho dissertativo emerge das transformações decorrentes do desmatamento, com os constantes fluxos de caminhões madeireiros que compõem a dinâmica territorial em Colônia Amélia, no município de Turiaçu, Maranhão. Surge assim a questão: como o avanço do desmatamento tem alterado a territorialidade, na perspectiva do território enquanto abrigo e recurso em Colônia Amélia/Turiaçu-MA? Neste contexto, analisamos o avanço do processo de desmatamento no território da Colônia Amélia e suas implicações na territorialidade da comunidade. Para tanto, buscamos compreender os aspectos geo-históricos do processo de ocupação e territorialização da comunidade, interpretando a percepção ambiental dos moradores sobre a transformação ambiental provocada pelo desmatamento. Por fim, elaboramos um mapa situacional, evidenciando o que agora existe na localidade, a partir das memórias e das vivências das pessoas da comunidade. No que se refere às aproximações analíticas da pesquisa, focalizamos as relações sociais a fim de discutir aspectos da territorialidade a partir dialética de uso do território como recurso e abrigo. A metodologia consistiu em levantamentos bibliográficos e documentais, visitas a campo com abordagem quanti-qualitativa e aplicação de entrevistas com questões abertas. Tais etapas permitiram evidenciar a situação geográfica, bem como aspectos históricos, culturais e socioambientais dessa formação territorial intimamente ligada a correntes migratórias no contexto maranhense. Desvelamos as novas territorialidades do lugar, como os recuos das casas de farinha e os novos modos de produção a partir desse recuo. Foi constatado o avanço do desmatamento, sobretudo após a instalação de serrarias na localidade. Na tentativa de compreender o cotidiano e as novas territorialidades dos sujeitos, realizamos uma caminhada perceptiva, que nos permitiu saber como os moradores veem o desmatamento e as transformações socioambientais na localidade, sem desconsiderar as complexidades de diferentes interpretações dos diversos sujeitos ocupantes do mesmo espaço-lugar.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. Desmatamento. Colônia Amélia (MA). Caminhada perceptiva.

RESUMEN

El estímulo para el desarrollo de esta disertación surge frente a las transformaciones ocurridas frente a la deforestación, los constantes flujos de camiones madereros que componen la dinámica territorial en el territorio de la Colônia Amélia/Turiaçu (MA). Surge así la pregunta: ¿Cómo el avance de la deforestación modificó la territorialidad, en la perspectiva del territorio como refugio y recurso en la Colônia Amélia/Turiaçu (MA)? Delante este contexto, el Objetivo General es: Analizar el avance del proceso de deforestación en el territorio de la Colônia Amélia (MA) y sus implicaciones para la territorialidad de la comunidad. Y los objetivos específicos son: Comprender los aspectos geohistóricos del proceso de ocupación y territorialización de la comunidad; interpretar la percepción ambiental de los pobladores sobre el proceso de transformación ambiental provocado por la deforestación; preparar un mapa situacional, que muestre lo que ahora existe en la localidad, basado en las memorias y experiencias de las personas de la comunidad. Abordamos las relaciones sociales en el territorio buscando discutir aspectos de la territorialidad a partir de la dialéctica del uso del territorio como recurso y refugio como abordajes analíticos de la investigación. Nos basamos en levantamientos bibliográficos y documentales, también a través de visitas de campo, con enfoque cuantitativo y cualitativo, aplicando entrevistas con preguntas abiertas. A partir de estas reflexiones, se obtienen los siguientes resultados: la caracterización de la situación geográfica, histórica, cultural y socioambiental, evidenciamos su contexto de formación territorial estrechamente vinculado a las corrientes migratorias en el contexto de Maranhão. Desvelamos las nuevas territorialidades del lugar como retiros de los molinos harineros, así como los nuevos modos de producción a partir de ese retiro. Se observó el avance de la deforestación, especialmente luego de la instalación de aserraderos en la localidad. En la búsqueda de comprender el cotidiano y las nuevas territorialidades de los sujetos, realizamos un recorrido perceptivo, que nos permitió evidenciar la percepción de los pobladores locales sobre el proceso de deforestación, al ver los cambios socioambientales en la localidad, con sus complejidades en cuanto a las diferentes interpretaciones de diferentes sujetos ocupando un mismo espacio-lugar.

Palabras clave: Territorio. territorialidad. Deforestación. Colônia Amélia (MA). Paseo perceptivo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Entrevistas com moradores intergeracionais	15
Quadro 2 – Entrevistas dos sujeitos ligados à extração madeireira	16
Quadro 3 – Caminhada perceptiva com integrantes da comunidade	17
Figura 1 – Mapa de localização da Colônia Amélia	27
Figura 2 – Imagem aérea de Colônia Amélia, Turiaçu (MA)	28
Figura 3 – Família e amigos reunidos para “beber chibé”	37
Figura 4 – Celebração do baile de roça mirim.....	38
Figura 5 – Senhora Izaurina Amorim na produção do “docinho do seu Arnô”	40
Figura 6 – Levantamento do mastro do Nosso Senhor do Bonfim.....	41
Figura 7 – Procissão do festejo de Nosso Senhor do Bonfim	42
Figura 8 – Andor do Nosso Senhor do Bonfim	43
Figura 9 – Barracas de ambulantes instaladas na praça do festejo	44
Figura 10 – Largo da festa profana	45
Figura 11 – “Roça do Judas”	46
Figura 12 – “Roça do Judas” e populares assistindo ao evento.....	47
Figura 13 – Caminhada perceptiva jovens e adolescentes	52
Figura 14 – Percepção de Kaio Rafael materializada em desenho	54
Figura 15 – Percepção de Paulo Henrique materializada em desenho.....	55
Figura 16 – Percepção de Deivyson Levi materializada em desenho.....	55
Figura 17 – Participação dos adultos na elaboração do croqui do território/mapa situacional	58
Figura 18 – Participação das crianças na elaboração dos elementos da legenda.....	58
Figura 19 – Resultado final do croqui do mapa situacional	60
Mapa 1 – Mapa Situacional da Colônia Amélia (MA).	61
Figura 20 – Rio Caqueira, de onde se retirava argila para fabricação de tijolos	63
Figura 21 – Trecho do Rio Caqueira no período de estiagem	64
Figura 22 – Venda de lanches e bebidas às margens do Rio Caqueira.....	65
Figura 23 – Pulo da ponte no período das cheias	66
Figura 24 – Momento de lazer às margens do Caqueira.....	67
Figura 25 – Braseiro preparado para assar os peixes.....	67
Figura 26 – Percepção de Kaio Rafael materializada no desenho “Pescaria em família”	68

Figura 27 – Casa de farinha em quintais na comunidade – raspagem de mandioca.....	69
Figura 28 – Casa de farinha em quintais – fabricação de farinha.....	72
Figura 29 – Alimentação de galinhas com resíduos de mandioca.....	73
Figura 30 – Motor para triturar mandioca (caititu).....	74
Figura 31 – Caminhão sendo carregado para exportação madeireira	75
Figura 32 – Lenha armazenada para produção da farinha de mandioca	76
Figura 33 – Armazenamento de lenha em quintais.....	77
Figura 34 – Imagem aérea, serraria de extração industrial	78
Figura 35 – Serraria de extração artesanal	78
Figura 36 – Girico arrastando madeira até o batedor.....	79
Figura 37 – Extração de madeireira em área de desmatamento florestal.....	80
Figura 38 – Árvore cortada com uso de motosserra	81
Figura 39 – Serraria industrial: pátio externo	81
Figura 40 – Serraria industrial vista de frente	82
Figura 41 – Sumaúma plantada na praça principal Senhor do Bonfim	87
Figura 42 – Ruínas da cacimba da Matinha	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: DIALÉTICA DE USOS DO TERRITÓRIO COMO RECURSO E ABRIGO	19
2.1 Contextualizando a situação geográfica: Colônia Amélia	25
3 CORRENTES MIGRATÓRIAS NO MARANHÃO: A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE COLÔNIA AMÉLIA.....	30
3.1 Aspectos socioculturais: resistir para existir	36
4 DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA MARANHENSE: COMUNIDADE COLÔNIA AMÉLIA E AS NOVAS TERRITORIALIDADES	49
4.1 Caminhada perceptiva: olhar dos sujeitos espaciais	52
4.1.1 <i>Percepção do caminhar e a produção do mapa situacional.....</i>	<i>57</i>
4.2 Desvelando o cotidiano e as novas territorialidades	63
4.3 O avanço do desmatamento na Colônia Amélia com a instalação de serrarias.....	74
5 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE COLÔNIA AMÉLIA: PROCESSO DE DESMATAMENTO.....	83
5.1 Reflexões acerca da percepção dos moradores sobre o avanço do desmatamento na Colônia Amélia	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES	97
APÊNDICE A - ROTEIRO AOS SUJEITOS ESPACIAIS INTERGERACIONAIS.....	98
APÊNDICE B - ROTEIRO AOS AGENTES DINÂMICA DE EXTRAÇÃO MADEIREIRA	99
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	100

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o território como abrigo e recurso na Amazônia maranhense, a partir da problemática do desmatamento da comunidade Colônia Amélia, no município de Turiaçu (MA). A escolha do tema é fruto da inquietação da autora, que morou e trabalhou por 12 anos na referida comunidade, de onde diariamente via caminhões madeireiros saírem com grandes carregamentos, deixando para traz mais danos que benefícios, tanto nos aspectos econômico e ambiental quanto no social.

Essa vivência de 12 anos se deu pela aprovação no concurso público municipal de 2001, para o cargo de docente do ensino fundamental, ministrando as disciplinas do núcleo comum, sobretudo geografia. Nos bastidores do cotidiano escolar, muito se falava a respeito da extração madeireira, no entanto, nenhum trabalho pedagógico era voltado para essa discussão. Sensibilizada com a movimentação do fluxo madeireiro, e principalmente com a falta de abordagem do assunto no âmbito escolar, a autora desenvolveu trabalhos em sala de aula com seus discentes a fim de estimular a análise das nuances, vislumbrando a possibilidade de coletar, junto aos alunos, dados relevantes para compreensão da prática exploratória madeireira.

A partir das práticas em sala de aula foi possível observar que muitos estudantes tinham algum familiar que trabalhava direta e/ou indiretamente nas serrarias. Identificaram-se divergências de opinião nos trabalhos desenvolvidos e apresentados pelos alunos; enquanto alguns sinalizaram ser positiva a presença das serrarias na localidade, outros demonstravam-se contrários a elas.

Com base nessas vivências, elaboramos¹ um trabalho de pesquisa monográfica que explorou os “Aspectos Geo-históricos da Vila Colônia Amélia, Turiaçu-MA” (MONTEIRO, 2016). Além de servir como requisito para concluir a graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão, esse trabalho permitiu conhecer um pouco mais sobre a temática, uma vez que a exploração madeireira foi pesquisada tendo como foco os aspectos geoambientais da localidade em estudo.

A experiência adquirida com a monografia e a vivência cotidiana na localidade amadureceram na autora o desejo de dar maiores passos no que se refere ao ato de pesquisar,

¹ TCC elaborado sob a orientação do professor Dr. Marcelino Farias Filho, da Universidade Federal Do Maranhão- UFMA.

seguindo o objeto de estudo em um novo momento e com possibilidade de ampliação da problemática, a fim de obter dados mais complexos e novas percepções.

Este novo momento foi influenciado pela tentativa de sistematizar algumas vozes dos sujeitos envolvidos, trilhando a linha da pesquisa pautada no compartilhamento de vivências. Hissa (2017, p. 17) ressalta que o compartilhamento se faz presente “ainda que isso nem sempre se dê a ver: entre leitor, intérprete, autor, estudioso, pesquisador, professor, tradutor, cientista. Aprende-se ao fazer com o outro [...] O primeiro passo: aprender a ouvir. O último não há o fim das coisas”.

Firmando-nos nessas premissas é que procuramos entender o processo de desmatamento em Colônia Amélia e suas implicações no território. Trata-se de uma comunidade pertencente ao município de Turiaçu, no estado do Maranhão, com aproximadamente 2.269 habitantes de acordo com registros da Secretaria Municipal de Saúde (Semus). Cenário de constante fluxo madeireiro, seu território atualmente abriga serrarias que movimentam essa atividade há vários anos, contribuindo para o crescente desmatamento da Amazônia no oeste maranhense, dinamizado pelo fluxo da madeira de lei.

Enfocamos nesta pesquisa o território, adotando como recorte analítico seu uso enquanto recurso e abrigo, conceitos associados por Gottmann (2012, p. 11) a uma “nova ênfase no desenvolvimento econômico”. Milton Santos *et al.* (2000, p. 12) somam a esses usos a função de garantir a realização de interesses humanos particulares. Nesta perspectiva, os “atores hegemônicos” se servem do território para fins econômicos e sociais, garantindo assim “sua sobrevivência nos lugares”.

Diante do exposto, tencionamos responder ao questionamento: como o avanço do desmatamento tem alterado a territorialidade, na perspectiva do território enquanto abrigo e recurso, em Colônia Amélia/Turiaçu (MA)? Para tanto, nosso objetivo geral consiste em analisar o avanço do desmatamento no local de estudo, com suas implicações no território e na territorialidade da comunidade. Buscaremos especificamente compreender os aspectos geo-históricos do processo de ocupação e territorialização da comunidade Colônia Amélia; interpretar a percepção dos moradores sobre a transformação ambiental provocada pelo desmatamento; e elaborar um mapa de situação, evidenciando o que agora existe na localidade, a partir das memórias e das vivências de seus habitantes.

Apoiamo-nos no professor Cássio Hissa para compor a metodologia, que para ele consiste em “um processo histórico e criativo que se vai fazendo”. Hissa compreende a metodologia “como a memória da pesquisa. Ela é memória ideia de como fazer” (HISSA, 2017, p. 119). Chizotti (1995) complementa essa ideia ao trazer a concepção do envolvimento

com a pesquisa, no sentido de participar buscando compreender e interpretar o que for favorável a ela. Também apoiamo-nos em Alves (1997, p. 88), que atribui grande utilidade ao trabalho de campo no processo de pesquisa, dado que “representa uma oportunidade de compreender melhor determinadas manifestações da realidade, as quais, na maioria das vezes, somente com trabalho de gabinete não conseguiríamos nem ao menos perceber”. Dessa forma, o autor chama a atenção para a importância de o pesquisador se envolver com o objeto pesquisado, no sentido de vivenciar a realidade que pretende estudar.

A coleta de dados consistiu em levantamentos bibliográficos e documentais sobre a temática, reunindo informações presentes em livros, artigos, teses, dissertações, sites e periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre outras ferramentas on-line. Além disso, foram realizadas quatro visitas a campo, com aplicação de entrevistas com questões abertas.

Os roteiros utilizados nas entrevistas foram elaborados na tentativa de compreender melhor a percepção ambiental, cultural e afetiva dos sujeitos espaciais da pesquisa. Por isso, dois tipos de roteiro podem ser observados nos apêndices (A, B). O primeiro, contendo diálogos intergeracionais (Quadro 1), foi aplicado aos moradores em rodas de conversa no ambiente familiar, seguindo sempre os protocolos de segurança sanitária em virtude da pandemia de covid-19, com utilização de máscara, álcool em gel e mantendo o distanciamento recomendado.

Quadro 1 – Entrevistas com moradores intergeracionais

MORADORES	IDADE	DATA	DATA
Guilhermina Reis dos Santos	79 anos	23/05/2021	-
José Felipe de Araújo Sousa	73 anos	20/11/2020	23/05/2021
Julinar Pereira Sousa	59 anos	23/05/2021	-
Maria da Glória Ferreira	62 anos	24/05/2021	20/06/2021
Maria da Paixão Cardoso Pereira	85 anos	24/05/2021	-
Pedro Reis dos Santos	74 anos	20/11/2020	23/05/2021
Pedro Tomas	74 anos	24/05/2021	19/06/2021
Raimundo Ferreira Lima	91 anos	23/05/2021	19/06/2021

Fonte: Monteiro, 2021.

O segundo roteiro foi aplicado em entrevistas com agentes ligados direta e indiretamente à dinâmica de extração madeireira – que aceitaram participar mediante sigilo identitário para garantir sua integridade e até mesmo seu trabalho (Quadro 2) – e demais interlocutores.

Com o objetivo de obter diferentes percepções sobre a temática em estudo, foram feitos registros fotográficos *in loco* que evidenciassem as dinâmicas envolvidas no território. Para coletar imagens aéreas dessa localidade, registros significantes para a pesquisa, encaminhamos ofícios à Secretaria de Cultura de Turiaçu (Secult) solicitando a disponibilização de drone e piloto de drone. Em resposta, a Secult disponibilizou-nos um drone de marca DJi, modelo Mavic Air 2s com câmera CMOS de 1” abertura: f/2.8, e o piloto de drone Hylbert Patrick (fotógrafo aéreo), que capturou as imagens áreas em resolução de 20mp, 547x3648 (3:2) e 5472x3078 (16:9).

Quadro 2 – Entrevistas dos sujeitos ligados à extração madeireira

AGENTES MADEIREIROS	FUNÇÃO QUE EXECUTA	DATA	DATA
Entrevistado I	Operador de motosserra	23/05/2021	-
Entrevistado II	Motorista de caminhão	20/11/2020	23/05/2021
Entrevistado III	Transportador de sarrafo	23/05/2021	-
Entrevistado IV	Madeireiro	24/05/2021	20/06/2021
Entrevistado V	Comprador/exportador	24/05/2021	-

Fonte: Monteiro, 2021.

Complementando os procedimentos metodológicos, foi feita uma caminhada perceptiva com os integrantes da comunidade, o que revelou as diversas percepções sobre as mudanças socioambientais pelas quais a localidade passou. O diálogo durante a caminhada perceptiva se deu com vinte participantes, incluindo crianças, adolescente, jovens e adultos; contudo, evidenciamos apenas os sujeitos de fala, conforme expresso no Quadro 3.

Quadro 3 – Caminhada perceptiva com integrantes da comunidade

INTEGRANTES DA COMUNIDADE	IDADE	DATA	DATA
Kaio Rafael da Silva	8 anos	20/11/2020	-
Deivyson Levi Pinheiro	9 anos	20/11/2020	-
Paulo Henrique Moura	9 anos	20/11/2020	23/05/2021
João Gabriel de Sousa	14 anos	20/11/2020	23/05/2021
Lilya Mayara de Sousa	12 anos	20/11/2020	24/11/2021
Josiane da Silva	26 anos	-	10/01/2022
Elida Maria de Sousa	38 anos	-	10/01/22
Rosilene de Maria da Silva	38 anos	-	10/01/2022
Izaurina Amorim	38 anos	-	10/01/2022

Fonte: Monteiro, 2021.

Esse instrumento metodológico também representou os primeiros passos para a elaboração do mapa da Nova Cartografia Social de Colônia Amélia, recurso que contribuiu para a compreensão do território. Ribeiro (2002, p.42), descreve a cartografia da ação social como “incompleta que se faz fazendo; uma cartografia da prática, que não seja apenas dos usos e das funções do espaço, mas também usável, tentativa e plástica, através da qual se manifeste a sincronia espaço-temporal produzida e produtora da ação”. Nesse sentido, não se trata de um instrumento aleatório, mas de ferramenta analítica que pode se embasar na visão dos grupos sociais, nas formas próprias como estes concebem o território e suas representações.

Para tanto, utilizou-se o módulo Arcmap, que admite a sobreposição de planos de informações vetoriais e matriciais bem como objetos gráficos, fontes e figuras, essenciais ao mapeamento temático. O módulo permite também análises espaciais, inclusive criação e edição desses dados.

O mapa de localização da comunidade Colônia Amélia foi composto a partir da adaptação das bases de unidades da federação e limites municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Com esses vetores pudemos delimitar o estado do Maranhão e o município de Turiaçu, agregando ao mapa outros aspectos para facilitar a

orientação, como rodovias, rios e o arruamento, com o qual foi possível delimitar os limites do povoado. Contamos ainda com ações de geoprocessamento, como corte e ajuste de sistemas de coordenadas, por meio do software QGis 2.18.

Como se nota, alguns caminhos foram percorridos para viabilizar o desenvolvimento deste estudo, o qual se divide em três capítulos. No primeiro, expomos o território enquanto recurso e abrigo, tecendo uma breve discussão sobre os conceitos de território e de territorialidade. Com isso visamos uma reflexão conceitual enquanto categoria geográfica, apoiando-nos em Santos (1999b) na tentativa de abordar o território como sinônimo de território usado, de espaço geográfico que materializa a relação de pertença e identidade.

Ainda no primeiro capítulo discorremos a respeito da formação territorial da Colônia Amélia, a fim de compreendê-la na conjuntura histórica maranhense. Para isso, lançamos mão da discussão expressa em Velho (2009) e apresentamos alguns depoimentos de moradores mais idosos da comunidade, que permitem entender melhor o processo de territorialização local.

No segundo capítulo preocupamo-nos com os desafios e as possibilidades do manejo sustentável da floresta em pé, discutindo os reflexos da instalação das serrarias no avanço do desmatamento e o modo como esse processo se dá para fins de recurso. Também trazemos para o debate os impactos dessa dinâmica nas relações pautadas em vivências cotidianas da localidade.

No terceiro capítulo refletimos sobre a percepção dos moradores acerca do desmatamento, apresentando resultados de entrevistas com idosos intergeracionais e pessoas de meia-idade habitantes da Colônia Amélia.

Retomamos nas Considerações Finais a análise acerca dos usos territoriais na dialética de abrigo e recurso, refletindo sobre a importância da ligação entre os espaços naturais e aqueles modificados pelos indivíduos, considerando as relações sociais existentes firmadas no comportamento vivido, na memória afetiva e no sentimento de pertencimento.

Por fim, destacamos que trilhar todos os percursos referentes ao desenvolvimento da pesquisa por nós apresentada, contribuiu para meu crescimento profissional, se tornando um “divisor de águas”. O ser professora/educadora, tomou um novo significado, bem como o fazer pedagógico, apesar de todos os obstáculos vivenciados sobretudo os reflexos da pandemia, contribuíram para meu crescimento profissional, bem como crescimento do ser pesquisadora.

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: DIALÉTICA DE USOS DO TERRITÓRIO COMO RECURSO E ABRIGO



Fonte: Monteiro, 2021

Território compõe uma das cinco categorias-chave da geografia. Ao longo da história esse conceito evolui à medida que é criado e recriado pelos indivíduos, sendo marcado por diferentes significados, ora divergentes ora complementares. Quanto à origem do termo, atribui-se a uma derivação do latim, equivalente ao vocabulário “terra”:

[...] o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Nesta perspectiva, a concepção de território passa a se embasar nas relações de poder, contudo, não no poder pelo poder, mas no sentido político e econômico, compreendendo tanto o poder funcional, de dominação, quanto o poder no viés mais subjetivo, simbólico e/ou cultural.

Para Friedrich Ratzel (1990), geógrafo alemão, o território seria uma parcela da superfície terrestre cercada por recursos naturais e apropriada/dominada pelos seres humanos. Dessa forma, corresponderia ao espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania, espaço que pertence a um grupo ou a alguém, remetendo à ideia de posse. Contrapondo essas ideias, Paul Vidal de La Blache (1985), da escola francesa, vincula ao conceito a ideia de região, levando em consideração os aspectos naturais, como relevo e clima, entre outros. A partir de 1970, o termo território reaparece atrelado a uma forma de explicar à realidade, mas sua conceituação continua complexa, favorecendo intensos debates.

Para o geógrafo Jean Gottmann (2012, p. 3), houve uma evolução conceitual do território, considerado agora como “uma porção do espaço geográfico, espaço concreto e acessível às atividades humanas”. Ainda segundo o autor, trata-se de um conceito dinamizado pelos indivíduos, sendo os processos políticos peculiares ao espaço geográfico, com as funções tanto de recurso quanto de abrigo. Por tais características,

[...] o território cria um dilema básico para seu povo. Ele pode tentar desenvolver os recursos como um sistema autocontido, tendo em mente o uso como abrigo. Pode também adotar uma atitude completamente diferente e usar o território para desenvolver os recursos próprios dos lugares, numa grande rede de relações diversas, com uma mentalidade expansionista. (GOTTMANN, 2012, p. 10).

Recorremos a tal acepção de território para compreendê-lo enquanto centralidade da ação humana, discussão que interessa nosso recorte de pesquisa. O autor evidencia como

os indivíduos vivem e convivem com seus semelhantes em espaços de aconchego, posto que o território enquanto recurso se relaciona aos constructos humanos, vinculados às questões econômicas.

Essa nova ênfase no desenvolvimento econômico pode ser relacionada à crescente tendência de se tratar o território cada vez mais como uma plataforma para a oportunidade do que como um abrigo para a segurança. Num mundo cada vez mais interdependente, a importância econômica do território é gradualmente crescente. (GOTTMANN, 2012, p. 11).

O conceito de território elaborado por Gottmann foi requalificado por Milton Santos, que o entende como ligação entre os espaços da natureza e os espaços utilizados pelos indivíduos. Podemos, assim, perceber que a noção de território é dinâmica e mutável, ganhando novos significados ao longo da história. Por sua vez, Santos (1999b, p. 51) afirma que:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens [...] cria-se uma configuração territorial, que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. [...] O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

Portanto, o autor apresenta o território usado como sinônimo de espaço geográfico “constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações” (SANTOS, 1999 p. 51), sendo palco de manifestações de todos os atores sociais. Nessa perspectiva, o autor destaca a importância dos usos dados ao território, que o fazem dinâmico e heterogêneo. Santos (1994) traz para a discussão a ideia de território como espaço de aproximação das pessoas de direitos. Sob esse olhar, o território deve ser assumido como uma categoria de análise social, sinônimo de território usado como abrigo tanto de pessoas como de instituições.

Santos ainda enfatiza que é preciso “refletir sobre conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção” (2005, p.10). Dessa maneira, explica que há diferentes modos de uso do território, chamando a atenção para a complexidade do espaço geográfico.

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço

banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. (SANTOS, 1994, p. 18).

Santos (1999c, p. 21) concebe o território enquanto espaço banal, que produz e agrega os saberes locais. Para ele, o “saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais”. Neste cenário, afirma o autor que “O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir”. Pensar o território como espaço banal implica vê-lo como abrigo de todos, lugar de trabalho, de residências, das trocas materiais e espirituais, das existências, e, ao mesmo tempo, como recurso, sendo alvo de interesse das empresas.

Esse interesse pelo território enquanto recurso não é novo, mas tem se perpetuado na história. A exemplo disso podemos salientar as disputas de ordem mercantil e econômica, onde o território também tinha valor agregado. A fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí: humanos materializados através do dinheiro. A esse respeito, Santos (1999a, p. 9) afirma:

Então nesse tempo a vida material de algum modo se impunha sobre o resto da vida social, e o valor de cada pedaço de chão lhe era atribuído pelo próprio uso desse pedaço de chão. A existência podia ser interpretada a partir de relações que eram ressentidas diretamente, ou como se fossem diretas. Nesse período da história, o território assim delineado rege o dinheiro; o território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro.

Com base na afirmação anterior, podemos refletir sobre a influência do fator econômico na história humana, cristalizada no uso do território enquanto recurso, o que pode acirrar desigualdades e desencadear lutas cujos fundamentos são os usos dialéticos do território como abrigo e recurso. Nesse viés, Santos (2000, p. 12) especifica que “os atores hegemônicos têm o território como abrigo”, numa estratégia de sobrevivência, ao passo que, “para os atores hegemônicos, o território usado é um recurso garantia de realização de seus interesses particulares”.

Haesbaert (2012, p. 35) afirma que o território está em constante processo de transformação, desterritorializando-se e/ou re-territorializando-se, podendo ser “desfeito” e “refeito”, de modo que se torna cada vez mais polissêmico e, “dependendo da concepção do território muda conseqüentemente a nossa definição de desterritorialização”. Porém, cabe destacar que a ideia de desterritorialização é um mito para Haesbaert, porque os territórios não

deixam simplesmente de existir. Para o autor, eles podem passar por uma transmutação, resignificando-se, antes de tudo no que se refere às relações sociais (ou culturais, no sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido.

É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo. (HAESBAERT, 2012, p. 78).

Nesta perspectiva, a escolha do território como categoria de análise para subsidiar a discussão desta pesquisa se dá por suas mudanças, permanências e rupturas, que se materializam em todas as relações sociais. Assim, buscamos discutir aspectos da territorialidade, que, segundo Haesbaert (2004, p. 6), “além de incorporar uma dimensão política, diz respeito também às relações econômicas e culturais” que os indivíduos estabelecem com o lugar.

Sobre isso, Saquet e Sposito (2015, p. 83) expressam que na territorialidade há continuidades e discontinuidades, tanto no tempo quanto no espaço, as quais estão intimamente ligadas a cada lugar, dando-lhes identidade por intermédio das condições históricas e geográficas.

Esse conceito também remete ao comportamento humano no sentido do poder, das relações de controle e acesso aos espaços. Robert Sack (1986, p. 178) explica que a:

Territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo.

Portanto, a territorialidade engloba estratégias humanas e implica a maneira como o indivíduo se apropria e exerce poder sobre o território onde está inserido, sendo fruto das relações e construções sociais. Na dimensão do poder, é definido por Raffestin (1993) como inerente às relações de diversas naturezas que visam controlar e dominar o ser humano e seus aparelhos na esfera política sob diversos aspectos, podendo se caracterizar pelas relações que os sujeitos produzem no espaço, inclusive os conflitos, amalgamadas à noção de territorialidade. Esta, por sua vez,

[...] adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial [...] Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

As relações de poder estão atreladas à dimensão política, havendo um aspecto territorial nessa tessitura. O poder como direito característico da soberania é efetivado nas territorialidades dos Estados-Nações. Nesse sentido, as novas territorialidades se constituem a partir da dualidade do uso do território, como na comunidade aqui estudada, apresentando as mudanças e permanências dos sujeitos espaciais.

Seguindo esse pensamento, surgem algumas perguntas. Como as alterações territoriais interferem nas mudanças perceptíveis na territorialidade? De que forma os sujeitos espaciais percebem essas alterações atualmente? Até que ponto esses sujeitos se veem como agentes causadores de mudanças ou resultados delas? Esses questionamentos são importantes para trazer à tona reflexões sobre os diversos aspectos do território e seus impactos na territorialidade.

No tocante ao viés cultural, Bonnemaïson (2002) também salienta que a territorialidade engloba a relação do indivíduo com o espaço, sendo:

[...] a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o espaço “estrangeiro”; ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, onde lá começa o “espaço”. Portanto, toda análise de territorialidade se apoia sobre uma relação interna e sobre uma relação externa: é uma relação entre o fixo e o móvel, entre o território que “dá segurança” símbolo de identidade, e o espaço que se abre para liberdade, às vezes também para alienação. (BONNEMAISON 2002, p. 363).

Nota-se que autor concebe o território como “vivido, afetividade e subjetividade”, fortalecendo-se nas relações simbólicas da cultura com o espaço. Para Bonnemaïson (2002, p. 360), “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço”. O autor reconhece, portanto, que o território é social e cultural ao mesmo tempo. Em sua dimensão simbólica, expressa o viver e as peculiaridades humanas, englobando as esferas políticas, econômicas e naturais; na dimensão cultural, corresponde às relações entre um grupo humano e os lugares-territórios. Cumpre-nos salientar que a territorialidade exprime identidades, corporifica o ser humano e sua cultura, suas origens, substancializando suas práticas e modos de vida numa ligação íntima.

Haesbaert (2004, p. 14) considera que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio

sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’, quanto para produzir ‘significados’”. Para o autor, o território funcional caracteriza-se pelos processos de dominação, ao passo que o território simbólico se define pelos processos de apropriação. Haesbaert ainda afirma que “todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território simbólico tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja”.

No caso da comunidade Colônia Amélia, o território é importante no aspecto funcional e simbólico para os habitantes que ali se estabeleceram, os quais possuem uma relação de afetividade e pertencimento expressa em suas manifestações políticas, culturais e econômicas. As distintas territorialidades existentes em Colônia Amélia desencadeiam conflitos oriundos de diferentes interesses. De um lado, a população camponesa usa esse espaço como abrigo, construindo suas casas e suas relações sociais, afetivas, políticas, culturais entre outras; de outro lado, as serrarias de exploração madeireira usam o território como recurso, mirando, acima de tudo, objetivos econômicos, sem busca ou desenvolvimento de vínculo afetivo.

Pensando a territorialidade a partir dos conflitos socioambientais, quem mais poder tem, mais controle exerce sobre o território. Terra (2017, p. 253) argumenta que essa análise “pode favorecer a compreensão das relações existentes entre os sujeitos, interesses e poderes implicados na disputa, bem como do sistema social e de sua história como um todo”.

No caminho para compreender a situação geográfica da Colônia Amélia, apresentamos a seguir aspectos gerais de sua localização e formação territorial, destacando suas peculiaridades, sobretudo seu núcleo de povoação.

2.1 Contextualizando a situação geográfica: Colônia Amélia

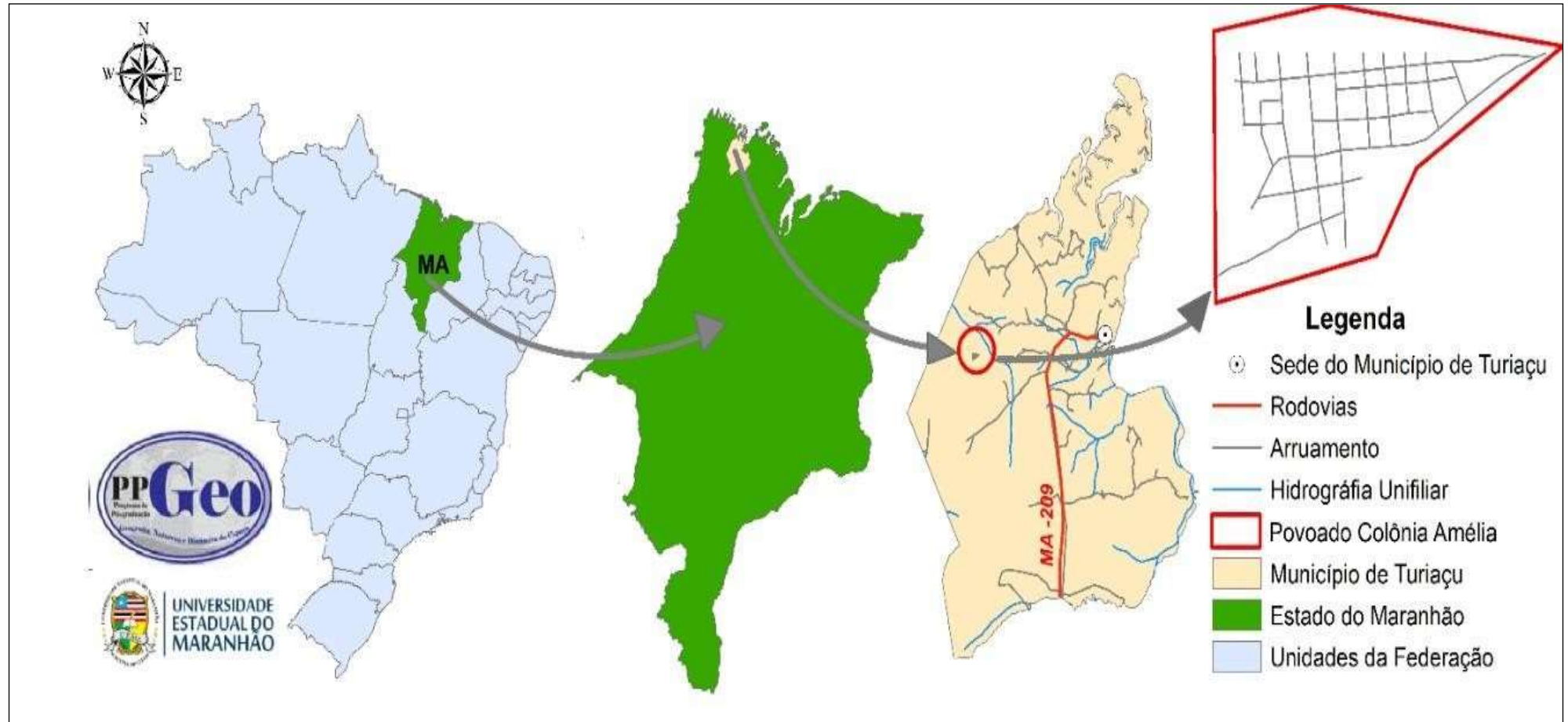
Pensamos a situação geográfica como entrada analítica crucial no trabalho para abordar os usos dialéticos do território, pois, de acordo o professor Cataia (2015, p. 11), trata-se de “um recurso metodológico relevante para analisar os usos do território pelos diversos e desiguais agentes, como o próprio termo indica: sítio mais ação”.

A situação geográfica refere-se também à coerência espacial e temporal dos eventos em determinado lugar. Corroborando esse pensamento, Silveira (1999, p. 22) afirma que “uma situação geográfica supõe uma localização material e relacional, mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o movimento da sua construção e seu

movimento histórico”. Compreendendo os nós das verticalidades e horizontalidades nos diferentes usos territoriais, Silveira (1999, p. 25) ainda afirma que “a situação é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais”.

É a partir de tal aparato teórico que contextualizamos a situação geográfica da comunidade em questão. Colônia Amélia é uma comunidade do município de Turiaçu, Maranhão, localizada na porção sudoeste turiense, na mesorregião oeste. Essa comunidade fica a aproximadamente 36 km da sede do município, tendo como principal acesso uma estrada vicinal de 18 km, que se inicia no povoado Nova Correia, na altura do km 18 da MA-209, única rodovia estadual que liga o município a outras regiões do estado. Colônia Amélia possui uma área de aproximadamente 744,9 km, sendo a segunda maior comunidade da zona rural do município, com uma população estimada em 2.269 habitantes (Semus/Turiaçu). Seu território mede cerca de 744,9 km², com uma densidade demográfica de 0,4966 hab./km². Quanto à sua posição geográfica, é determinada pelo paralelo 0°41'42.2” de latitude sul (S), na interseção com o meridiano de 45°35'46.1” de longitude ocidental (W), encontrando-se a aproximadamente 46 metros de altitude (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da Colônia Amélia



Fonte: Silva, 2020.

Ainda são poucas as informações disponíveis sobre a produção geográfica e geomorfológica de Colônia Amélia. As publicações existentes apenas fazem breves descrições do relevo da cidade de Turiaçu, como na obra de Virgílio Domingues (1953), *O Turiaçu: esboço histórico e geográfico de uma região maranhense*, a qual faz menção ao terreno turiense afirmando ser um pouco acidentado.

Até o momento de elaboração deste trabalho, o único dado encontrado sobre o relevo específico de Colônia Amélia foi desenvolvido para o estudo topográfico do escritório Agrogeo Consultoria no ano 2011, segundo o qual o terreno é marcado por topografia irregular.

Colônia Amélia (Figura 2), assim como todo o município de Turiaçu, faz parte da Amazônia Legal Oeste maranhense, a qual, além do Maranhão, compreende territórios do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Tocantins, de Rondônia e Roraima. A Amazônia Legal corresponde a uma área de 5.217.423 km², o equivalente a 61% do território brasileiro.

Figura 2 – Imagem aérea de Colônia Amélia, Turiaçu (MA)



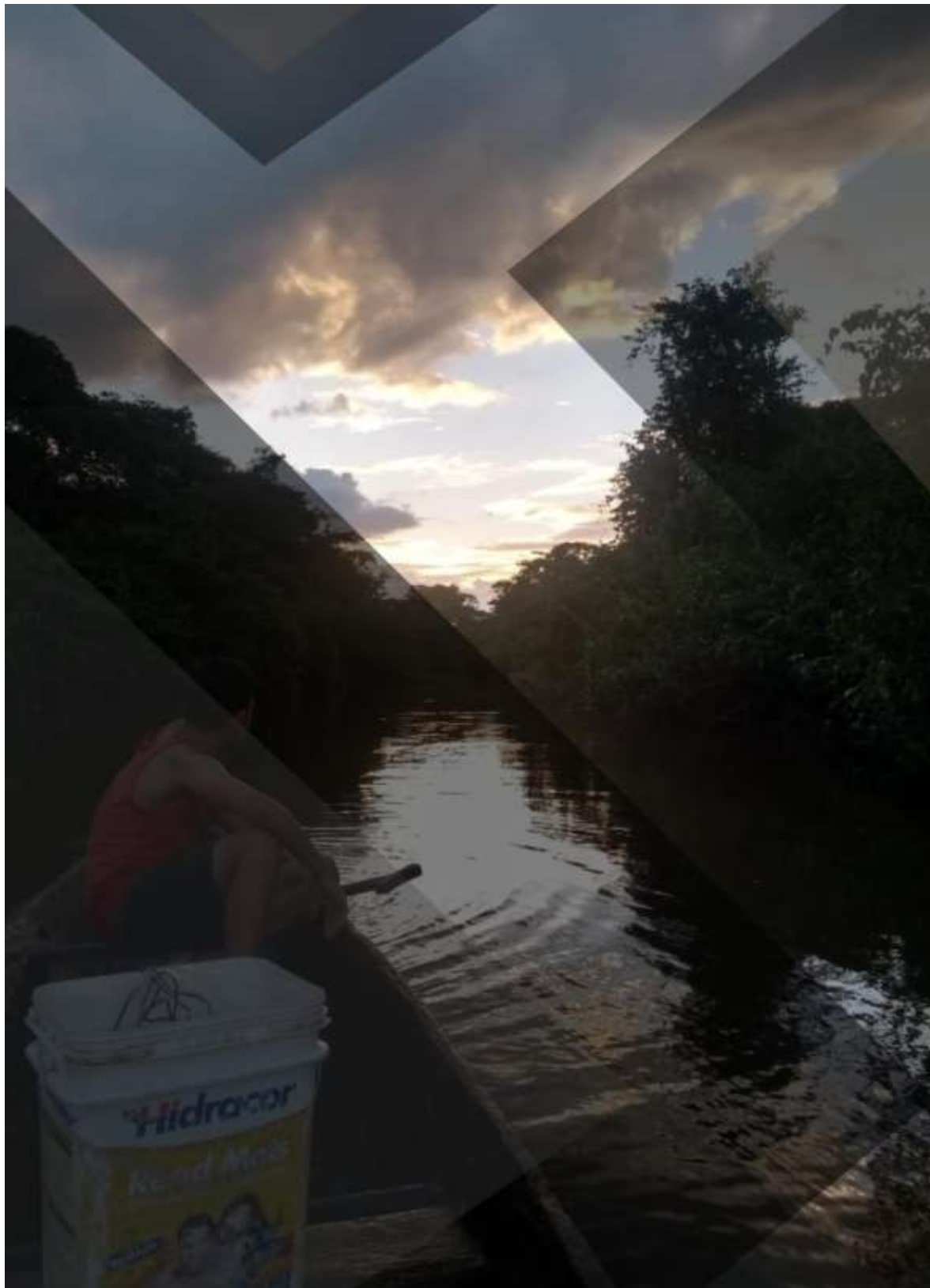
Fonte: Imagem coletada por drone, 2022.

Tal região foi dividida em Amazônia ocidental e Amazônia oriental, ficando o Maranhão na parte ocidental, que é um conjunto de núcleos regionais do qual fazem parte: Maranhão, Tocantins, Pará, Amapá e Mato Grosso.

O município possui um clima tropical, com solo do tipo arenoargiloso ou argiloarenoso e vegetação amazônica abrigando espécies bastante diversificadas, com destaque para as chamadas madeiras de lei, sobretudo maçaranduba (*Manilkara ssp.*), ipê (*Handroanthus ssp.*), angelim (*Dinizia excelsa Ducke ssp.*), e outras variedades, como palmeiras de Ouricuri (*Syagrus coronata ssp.*), açáí (*Euterpe oleracea*) e buriti (*Mauritia flexuosa ssp.*). Ainda que devastada pela ação antrópica, essa vegetação sobrevive na localidade em estudo.

O olhar voltado à formação territorial da Colônia Amélia traz para discussão os diversos aspectos envolvidos nesse processo, dentre os quais destacamos as correntes migratórias, objeto de análise do capítulo seguinte. Nele, visamos compreender de onde, como e para que os sujeitos espaciais se deslocaram rumo à comunidade; quais foram as consequências de tal movimento, bem como qual o sentido e a importância dessa formação para a conjuntura socioespacial ali existente. Abordamos ainda aspectos da cultura, observando como eles refletem no espaço e se mantêm diante de tantas mudanças, com suas resistências e capacidades de reinvenção.

3 CORRENTES MIGRATÓRIAS NO MARANHÃO: A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE COLÔNIA AMÉLIA



Fonte: Monteiro, 2022

Conforme afirma Cabral (2008), a ocupação do espaço maranhense resultou de algumas correntes, de origens e tempos diferentes. A autora destaca três correntes principais: a do litoral, a dos criadores de gado e a dos migrantes da seca.

A frente litorânea se caracterizou pela ação deliberada, pelo controle e pela participação do Estado português na colonização do Maranhão a partir de suas áreas costeiras, buscando ocupar o espaço para efetivar e expandir o poderio lusitano, com vistas a continuar firmando-se como potência marítima e econômica no mundo.

Na segunda corrente de ocupação, também conhecida como frente pastoril, a criação de gado se disseminou especialmente no sertão maranhense. Assim, organizava-se o espaço maranhense com a instalação de inúmeras fazendas no interior, por onde se expandia a criação de gado. Isso favoreceu o surgimento de povoados, que mais tarde deram origem às vilas e cidades maranhenses.

A ocupação do sertão foi viabilizada pelo fluxo através dos caminhos abertos pelo gado. Mas isso não se deu de forma simples, uma vez que essas áreas já eram habitadas por indígenas. Diante da expansão da pecuária pelo alto sertão maranhense, houve movimentos de resistência que culminaram em ações violentas contra os habitantes nativos, “[...] por meio de afugentamento, aprisionamento, inoculação de varíola e trucidamento [...] para ceder lugar ao gado e fazer surgir a civilização do couro”. (CABRAL, 2008, p. 97). Ainda segundo a autora, a resistência indígena a tal dominação levou à sobrevivência de algumas tribos, constituindo um exemplo de luta que deve nos ensinar a conviver com as diferenças.

Segundo Velho (2009, p. 22), “durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda prossegue a expansão pastoril no Maranhão”, o que teria favorecido o avanço e a ocupação territorial maranhense. Porém, conforme destaca o autor, é fundamental “fixar a ideia de que o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais. Numa espécie de círculo vicioso, seu isolamento e sua baixa produtividade não permitiam investimentos maiores”. Além disso, o receio de ataques pelas populações indígenas retardou a expansão pecuarista, impedindo que ocupasse plenamente determinados espaços, fator que favoreceu de certa forma seu declínio.

Com o fim do avanço da frente pastoril, destaca-se o surgimento de outra frente de ocupação, denominada de corrente dos migrantes da seca. Segundo Velho (2009, p. 89), no início do século XX começou “uma penetração de nordestinos no Maranhão, em busca de terras e fugindo das secas e das dificuldades de colocação da mão-de-obra no próprio

Nordeste”. Essa corrente migratória atravessa o Parnaíba, em Teresina, e Floriano, a princípio vindo também por mar. Surgem assim novas colônias, que se assentaram em diferentes áreas.

É neste ano que, açoitados pelo terrível flagelo da seca, uns grandes números de cearenses rumam para a província maranhense onde o governo provincial organiza comissões de socorro aos emigrantes [sic] objetivando atendê-los e implantar núcleos de colonização. (ALMEIDA, 2008, p. 33).

Ainda na perspectiva de Almeida, essas novas colônias, após se estabelecerem no Maranhão, vão se estendendo desde as áreas litorâneas até a região de matas virgens. O Nordeste brasileiro foi acometido por várias secas que contribuíram para essa migração, tendo o Maranhão recebido várias pessoas que rumaram ao interior, atraídas pelas riquezas naturais, especialmente pelo potencial hidrológico, que tinha como fator principal sanar as dificuldades enfrentadas por estes em razão da falta deste recurso. Esse processo favoreceu a ocupação do vazio territorial existente no Maranhão.

As correntes aqui comentadas não foram os únicos fatores de ocupação do território maranhense, tampouco consideramos a corrente dos migrantes da seca como fator decisivo. Contudo, focamos na ocupação dos espaços vazios por sua relevância na formação territorial da nossa área de pesquisa, destacando-se a ocupação da Colônia Amélia/Turiaçu (MA), cuja formação está vinculada à seca de 1877 que assolou todo o Nordeste brasileiro, “principalmente o estado do Ceará, de onde se originou uma corrente migratória bastante volumoso rumo a várias regiões do Maranhão” (MARTINS, 1959, p. 16).

O governo maranhense não só permitiu a entrada dos migrantes, como também organizou comissões de socorro para ajudá-los, amenizando seu sofrimento com prestação de serviços voltados à saúde e distribuição de alimentos, conforme afirma Almeida (2008, p. 134):

O governo provincial do Maranhão se apressou em organizar comissões de socorro aos emigrantes [sic] cearenses com vista a atendê-los de imediato e a organizar planos de núcleos de colonização em médio prazo. Foram criadas comissões em cerca de 40 vilas visando distribuir gênero alimentício, medicamento e assistir os chamados “retirantes”. Principalmente no hospital da Santa Casa da Misericórdia, onde foram internados.

Como resultado de tal medida, surgem núcleos de colonização pelo território maranhense, favorecendo a instalação dos grupos provenientes da corrente migratória e compondo, desse modo, diferentes colônias de moradores:

Até meados de 1878 já haviam sido criadas as seguintes colônias: PRADO, situada em Turiaçu, cuja direção ficou ao cargo do Capitão do 5º batalhão da Infantaria Feliciano Xavier Freire Junior; AMÉLIA, localizada nas regiões de matas virgens, cortada pelo rio Caqueira distando oito léguas da cidade de Turiaçu; FLORES,

assentada às margens do rio Mearim, na confluência do rio Flores, limites do distrito de Barra do Corda com São Luís Gonzaga; PIMENTEL, nas margens do rio Pindaré em Santa Tereza [...]. (ALMEIDA, 2008, p. 135, grifo nosso).

Como se pode perceber, é nesse contexto que surge o núcleo de colonização de Colônia Amélia (denominada apenas de Amélia), assim como o de Prado, que também integrava o território turiense. Mas, para se efetivar essa ocupação, era necessário a presença de oficiais que dirigissem as colônias recém-criadas. A esse respeito, Almeida esclarece que:

Para a fundação da Colônia Amélia foi designado o capitão reformado do exército Antônio José da Fonseca, que depois passou a dirigir a Colônia Militar do Gurupi, transferindo seu cargo ao major Manoel Pedro do Nascimento, a de Flores era dirigida pelo Capitão Manoel Gonçalves de Souza Pinheiro, enquanto que a de Pimentel e de Santa Tereza era dirigida por civis [...]. Nota-se que somente com a criação destas colônias é que as terras devolutas da província vão ser utilizadas para assentamentos [...]. (ALMEIDA, 2008, p. 135).

Ainda no século XX é possível perceber, através de registro, o fluxo da referida corrente para o Maranhão. Nesse viés, percebe-se claramente a formação de uma rede migratória que se desloca, fenômeno que também buscamos analisar. Esse fluxo da população cearense é motivado não só pela questão climática, mas também pelos parentes já estabelecidos no Maranhão, articulando-se desse modo os que chegaram primeiro e os que chegam depois.

Aliados às condições climáticas, outros fatores justificam e incentivam esse deslocamento populacional rumo às áreas da Amazônia, inclusive o componente religioso, que nas primeiras décadas do século XX desperta no imaginário da população camponesa do semiárido nordestino a ideia de migrar em busca da floresta, da água e das terras férteis da região amazônica, propícia ao abrigo. Ali encontrariam a fartura que não existia no seu lugar de origem. Tal expectativa remetia à busca das bandeiras verdes², conforme expressa Martins (1996, p. 54): “os que procuram as Bandeiras Verdes andam em grupos. Geralmente são grupos de parentes e vizinhos no local de origem. Sua trajetória dos pontos de origem no Nordeste aos lugares em que se estabeleceram varia de seiscentos a oitocentos quilômetros”.

Seguindo essa discussão, mas a partir de uma perspectiva antropológica, Velho (2009, p. 30) reflete sobre o fluxo migratório de nordestinos para a Amazônia, sobretudo para a porção maranhense. O autor discorre sobre a entrada numa área

² MARTINS, J. de S. Concebe o termo como sendo um lugar mítico “que ninguém sabe dizer exatamente o que é onde é. Mas, seria reconhecido quando fosse encontrado, por ser um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, em contraste com o nordeste árido e latifundista”.

transamazônica, na frente de expansão e estrutura agrária, processo que se dá a partir do oeste e do sudoeste maranhense, com entrada especificamente pela cidade de Imperatriz na década de 1950, conforme afirma:

Essa migração em grandes números é facilitada, já na década de 70, por uma situação excepcional que atravessava o Nordeste, dado o fim da guerra civil norte-americana, durante a qual houvera um curto período de prosperidade do algodão nordestino, e devido também às grandes secas do final da década. Os flagelados concentram-se nas cidades litorâneas, onde sua presença constituía um potencial explosivo. E essa própria concentração irá facilitar o seu embarque para a Amazônia (VELHO, 2009, p. 27).

Diante do exposto, as entrevistas e rodas de conversas com os moradores locais contribuíram para entender como ocorreu o processo de migração de cearenses para Colônia Amélia. Moradores mais idosos narram que o fluxo de cearenses para a localidade continuou durante várias gerações, nos anos subsequentes à chegada da primeira leva de migrantes (MONTEIRO, 2016). Uma vez instalados ali, esses indivíduos mandavam buscar seus parentes, para que também pudessem viver em um lugar que propiciava melhor qualidade de vida em comparação ao seu lugar de origem, com fartura de alimentos e água em abundância.

O último fluxo migratório, segundo as memórias dos entrevistados, teria ocorrido no ano de 1963, com a chegada dos “Tomaz”, oriundos de Vieira dos Carros (CE), conforme relata a senhora Rita Tomaz, de 76 anos:

Sáimos do Ceará em 1960, tava tudo seco, muitos animais morreram, até as cabras que ajudava no nosso sustento. Morreu muita gente também, pra nós não morrer meu pai veio atrás de uns parentes que já morava aqui há muito tempo desde o tempo do meu avô que também tinha fugido da “grande seca” pra não morrer. Foi o Chico Fulô que trouxe nós, era muita gente. Uns fôro pra Coloninha, outros pro Turi e nós pro Leal, só em 1963 mudamos pro Rio Grande, onde moramo 16 ano, e aí viemos pra cá ôrradhà, aqui foi muito bom pra nós, nunca mais nós passemos sede nem fome.

Relatos como este nos remetem às informações dos antepassados desses moradores, que se direcionaram à Colônia Amélia desde o século XIX motivados pelo fenômeno natural da seca, como já mencionado. Segundo o irmão da senhora Rita Tomaz, o senhor Pedro Tomaz, a família era composta por dezoito irmãos, pai e mãe. Ratificando o exposto pela irmã, ele contou que sua família veio ao encontro dos parentes já instalados na localidade, que também buscaram os primeiros parentes. Na memória do senhor Pedro, o avô costumava dizer que sair do Ceará não foi fácil; teve que deixar para trás familiares, amigos e toda uma história de vida, mas que sua saída garantiu a sobrevivência de sua família. Os “Tomaz” são adjetivados pelos moradores de Colônia Amélia como “os cearenses”. Ao se

referirem aos membros da família pelo nome, sempre acrescentam o adjetivo; o próprio senhor Pedro é conhecido por todos como “Pedro cearense”.

A senhora Guilhermina Reis dos Santos (79 anos), nascida em Colônia Amélia, narra que seu avô dizia ter vindo de Itapipoca (CE), em busca de um lugar onde fosse possível cultivar o solo, criar animais e que tivesse água em abundância. O senhor Raimundo Ferreira Lima (91 anos) diz que sua família veio de Jaguaribe (CE), também procurando um lugar capaz de suprir suas necessidades de alimento e água. Nota-se que esses migrantes vieram de diferentes localidades do Ceará, em tempos diferentes, porém motivados por um fator natural em comum: a falta de chuva, que culminava na indisponibilidade de água.

Em relação ao ano de fundação de Colônia Amélia, há certa divergência. Enquanto para Domingues (1953) e Almeida (2008) a fundação da vila foi em 1878, para o professor Robson Campos Martins (1959) isso ocorreu somente no ano de 1879. Tais discrepâncias favoreceram intensas discussões, encerradas após o posicionamento do poder legislativo municipal, que reconheceu oficialmente o dia 12 de agosto de 1879 como data de fundação de Colônia Amélia, embasando-se na monografia *Turiáçu de Ontem e de Hoje*, de Martins (1959). Em seu estudo, afirma o professor:

A calamitosa seca de 1877 que calcinou o Nordeste estabeleceu uma corrente migratória bastante volumosa para o município, graças ao empenho do Cel. Luiz Antônio de Oliveira Junior, mais tarde Barão de Tromai, que com ele, fundou a Colônia Amélia, em 1879, sendo notável o seu progresso, graças a capacidade de trabalho dos homens dos carrascais e das caatingas nordestina. (MARTINS, 1959, p. 16).

Após sua consolidação territorial, Colônia Amélia se tornou um dos maiores povoados em extensão e população. Com isso, em 2005 o então vereador Benedito Mandú Pavão encaminhou um projeto de lei à Câmara Municipal de Turiáçu, que, depois de votado e aprovado pelo plenário, foi sancionado pelo então prefeito e consubstanciando na Lei nº 532/2005 (COSTA FILHO, 2021).³ Na redação do referido projeto observa-se a seguinte justificativa:

O presente projeto de lei dá à referida localidade a denominação de Vila de Colônia Amélia, mostrando assim aos moradores do Município de Turiáçu e do Maranhão, que a formação de um lugar se dá em virtude de seu crescimento vegetativo e de seu povo e isto é realidade na Vila de Colônia Amélia. (TURIAÇU, 2005).

³ Art. 1 – Fica reconhecida como o dia 12 de agosto de 1879, a data da fundação da vila de Colônia Amélia, localizada no oeste do Município de Turiáçu, no estado do Maranhão.

Conforme arquivos da Câmara Municipal, o nome Amélia seria em homenagem a uma senhora pertencente ao grupo recém-chegado do Ceará, e o termo Colônia seria relativo ao grupo de moradores. Mas, apesar de a lei determinar o gentílico dos naturais de Colônia Amélia,⁴ não houve mudanças no comportamento dos seus habitantes em relação à maneira como se autodenominam; continuam sendo “colonhenses”, numa aproximação do gentílico “cearense”.

Além da área aqui descrita, a migração cearense adentrou outros municípios do Maranhão, inclusive Praia de Raposa, em razão da seca que se abateu sobre o Ceará nos anos 1950 (SILVA, 2019, p. 61). Embora tenham saído de sua terra natal, os migrantes cearenses mantêm viva sua cultura, seja na fala, na dança, na produção agrícola ou nas comidas típicas, dentre outros elementos que serão abordados posteriormente.

3.1 Aspectos socioculturais: resistir para existir

*Baile de roça, uma festa marcante,
 não há quem possa resistir ao seu encanto dançante,
 preservado há mais de um século, trazido pelos imigrantes!
 Pasquim, judas, salumeu, chibé, farofa com pimenta
 resistem apesar da modernidade.
 Vivas, as resistências presentes na comunidade,
 que mantém viva as raízes de sua cultura-verdade!
 Ôh mué que uma coisa dessa!
 Expressão popular de admiração,
 Raimundo se torna Mundim,
 no falar da população
 que mantém viva sua cultura e a força da tradição!*

Marinalva Ferreira Monteiro, 2021.

A agricultura praticada na comunidade Colônia Amélia tem fortes laços com os aspectos culturais locais. Percebe-se sua manutenção quando os moradores ainda reúnem familiares e amigos para comerem farofa (feita com farinha de mandioca, pimenta, sal, limão,

⁴ Art. 3 – Ficam reconhecidos como “coloniamelenses” aqueles que nasceram e que nascerão na vila de Colônia Amélia.

cheiro verde, cebolinha, tomate e pimentinha), ou tomarem o chibé, também preparado com farinha de mandioca (Figura 3).

Figura 3 – Família e amigos reunidos para “beber chibé”



Fonte: Silva, 2014.

Segundo moradores mais idosos da comunidade, essas tradições remanescem dos primeiros migrantes cearenses, assim como diversos aspectos na cultura local. Após as plantações das roças no mês de janeiro, era comum os habitantes se juntarem para celebrar a finalização do plantio, fazendo a festa conhecida como “baile de roça”. Nessa ocasião se vestiam com roupas que costumavam usar para a labuta diária, nos trabalhos da lavoura, incluindo chapéus e utensílios de plantio e capinas (enxada, facão, foices). Alguns adentravam a festa segurando ramos de maniva (muda da mandioca), simbolizando assim sua felicidade por ter concluído com êxito uma etapa de sua jornada no fazer da agricultura. O “baile” seguia embalado por marchinhas carnavalescas e queima de fogos.

A cultura do “baile de roça” permanece viva até os dias atuais, acontecendo após o festejo de São Sebastião, entre os dias 10 a 20 de janeiro de cada ano. Embora não tenha a mesma representatividade de antes, é uma manifestação que resiste em meio a tantas mudanças. Atualmente se divide em etapas, de acordo com a faixa etária, com representatividade mirim (forma vespéral) em que as crianças trajam roupas estampadas e coloridas, lembrando o estilo junino (Figura 4). As crianças aprendem desde muito cedo o significado da expressão festiva e a importância de preservá-la para as futuras gerações.

Figura 4 – Celebração do baile de roça mirim



Fonte: Sousa, 2016.

Os adolescentes também participam, assim como os adultos, e estes últimos mantêm o estilo parecido com a celebração feita no passado. As apresentações geralmente acontecem à noite, atraindo um número expressivo de expectadores, que manifestam sua apreciação em palmas, danças e gritos de incentivo.

Vale destacar que as apresentações dos jovens passaram por adaptações, tornando-se comum, na atualidade, homens se vestirem de mulher e vice-versa. Desse modo, permite-se que os participantes se vistam de acordo com sua identificação de gênero. Nesse cenário, tal renovação não descaracteriza a alegria bem a tradição cultural local.

Outro símbolo de resistência cultural é a festa de Salumeu, realizada na Colônia Amélia ao longo dos anos, geralmente na segunda-feira de Carnaval. As pessoas se vestem com roupas rasgadas, usam máscaras e carregam cofos⁵ para colocar os produtos que ganham ou adquirirem. Embora não seja proibida a participação das mulheres, trata-se de uma tradição tipicamente masculina.

Os participantes encontram-se na praça Senhor do Bomfim, no centro da comunidade; de lá, partem em direção à rua principal, percorrendo toda a localidade. Durante a ritualística, entoam em frente às casas uma música própria para a ocasião, passada de geração em geração, a fim de receberem presentes. Se a residência estiver aberta, adentram,

⁵ Uma espécie de cesto, geralmente confeccionado com palha da palmeira, comumente utilizado entre os pescadores e agricultores locais.

levando consigo gêneros alimentícios, bebidas e objetos de uso no dia a dia. A música dessa manifestação traz os seguintes dizeres:

*Salumeu tem trinta ovos
pra fazer trinta capão.
Senhora dona de casa, dê comer pra seu irmão!
Salumeu tava doente,
dessa doença morreu.
Senhora dona de casa, dê comer pro Salumeu!*
(Domínio popular)

Após entoarem a canção, ao longe se sabe que o Salumeu se aproxima. As crianças que não se assustam ou intimidam com as vestimentas e máscaras por eles usadas, acompanham os participantes. Esse interesse contribui para que os mais jovens se familiarizem com a tradição, compreendendo a essência dela e contribuindo para mantê-la.

Também resiste na comunidade a manifestação do intrudo,⁶ ou “intrude”, como muitos chamam. Porém, essa prática não tem a mesma frequência de antes e conta com o envolvimento tímido dos mais jovens, o que pode indicar o início de seu desaparecimento com o avançar dos anos.

Destacamos ainda a cultura culinária, especificamente a produção do docinho de goma conhecido como “docinho do seu Arnô” e/ou broa de goma, feito à base de mandioca. O “docinho do seu Arnô” foi assim nomeado em referência ao seu antigo produtor, o senhor Arnô (*in memoriam*), e é sua filha, Izaurina Amorim (Figura 5), quem dá continuidade à produção, geralmente sob encomenda. A quantidade dobra em datas festivas, sobretudo no festejo tradicional da localidade, a festividade do Senhor do Bonfim, que anualmente atrai muitos turistas, em diversas caravanas advindas de diferentes localidades.

⁶ Festa popular realizada nos três dias que antecedem a Quaresma, acompanhada de uma série de brincadeiras, dentre elas enlamear-se e jogar-se água.

Figura 5 – Senhora Izaurina Amorim na produção do “docinho do seu Arnô”



Fonte: Monteiro, 2020.

Agregadas a essa festividade estão as manifestações de fé e euforia festiva, com espaço para religiosidade, peregrinações, bem como para a festa popular. É o que Rosenthal (2018) caracteriza como espaço sagrado e profano.

Essa festividade em Colônia Amélia é um evento de grande representatividade no município de Turiaçu, embora não haja registro na literatura disponível, exceto os que são de posse da Paróquia São Francisco Xavier (registros relacionados a questões sacramentais). A celebração existe há mais de 140 anos, estando associada à chegada dos migrantes cearenses, que já a realizavam em sua terra de origem.

Segundo entrevistados, o festejo passou por diversas mudanças ao longo dos anos. Inicialmente era realizado no dia 6 de janeiro, junto com o dia de Reis. Depois as comemorações foram transferidas para o dia 10 de janeiro, em virtude de um povoado vizinho celebrar o dia de Reis na primeira data mencionada. Nos anos 2000, a festividade passou para o segundo final de semana do mesmo mês, pois, como relata o senhor Pedro Reis dos Santos (74 anos), ela atraía muitos turistas, de modo que fixar a data no segundo final de semana de janeiro elevaria o fluxo turístico, preservando assim a tradição.

As mudanças na festividade se estendem ao aspecto territorial. De acordo com membros da comunidade, outrora era realizada em uma capela de pau-a-pique erigida pelos moradores, onde havia novenas e celebrações eucarísticas. A festa popular (dançante) acontecia a certa distância da capela, na casa do juiz da festa. Em cada ano, com a troca de juiz, trocava-se também o local da festa. Em meio a tanta mudança, a festividade perdura

indubitavelmente pela dedicação e afetividade dos moradores locais, sobretudo dos mais velhos.

A cultura festiva coloniamelense se mantém viva ao longo da história, movimentando um expressivo fluxo de pessoas de comunidades circunvizinhas, turistas, vendedores e filhos da localidade que saem por motivos de trabalho e regressam. Esse fluxo contribui com a dimensão econômica de Colônia Amélia, e geralmente há queima de fogos com a chegada desses grupos ao local. As relações dos turistas com o território acontecem no tempo e espaço festivos e extrafestivos (por exemplo, em banhos de rio, bares e partidas de futebol com os moradores).

Um dos momentos marcantes do festejo é a manifestação religiosa, havendo um espaço sagrado, palco das práticas ligadas à religiosidade e peregrinação, e um espaço de festa popular, caracterizado pela comemoração dita profana. O sagrado é evidenciado em vários momentos, entre os quais o levantamento do mastro, que é acompanhado por queima de fogos e pode ser experienciado em seu sentido literal, conforme a Figura 6.

Figura 6 – Levantamento do mastro do Nosso Senhor do Bonfim



Fonte: Monteiro, 2022.

O hasteamento geralmente é feito por homens da comunidade; e os enfeites, pelas mulheres, que usam ramos de palmeirinhas e bandeirinhas. No topo da haste há uma bandeira com a imagem do Senhor do Bonfim, que flameja no ar enquanto duram as festividades, só

sendo retirada no fim, quando o organizador do ano seguinte desce o mastro e a leva consigo – uma simbologia que marca a passagem de um organizador a outro.

A Procissão do Nosso Senhor do Bonfim (Figura 7) também marca o festejo, reunindo na igreja homens, mulheres, jovens, adultos, idosos e crianças, que fazem orações iniciais e saem em caminhada pelas ruas entoando cantos e orações, batendo palmas, soltando fogos, manifestando sua fé.

Nessa cerimônia, muitos pagam promessas de diversas formas, que vão desde caminhar descalço até vestir-se de anjo. Já não são mais comuns as cerimônias sacramentais, como batizados, casamentos e eucaristias. Devido à decisão diocesana, estas cerimônias acontecem extra festejo, sendo marcadas com antecedência de acordo com a agenda do pároco, que celebra na comunidade.

Figura 7 – Procissão do festejo de Nosso Senhor do Bonfim



Fonte: Monteiro, 2022.

Durante todo o festejo, a imagem do Senhor do Bonfim permanece em destaque na igreja, sendo este ornamentado com flores. Muitos fiéis fazem orações e promessas, além de doações que chamam de “ofertas ao Senhor do Bonfim”. No percurso da procissão, a imagem acompanha os fiéis, sendo levada em um carro e colocada em um andor⁷ ornamentado com ramos e flores (Figura 8). Muitas pessoas se aproximam para tocá-la e fazer o sinal da cruz em reverência.

⁷ Suporte ornamentado em que se transportam imagens sacras, comumente utilizado nas procissões.

Figura 8 – Andor do Nosso Senhor do Bonfim



Fonte: Monteiro, 2022.

Com o término da procissão, os presentes adentram a igreja, e se iniciam os ritos litúrgicos nos quais geralmente as pessoas das comunidades circunvizinhas leem, cantam, entre outras funções, como relata a sra. Elida de Maria Moura da Silva.

Após essa cerimônia, começam as festividades no largo ligadas diretamente à organização da diretoria da comunidade, incluindo apresentações culturais, bingo e leilão. Até a década de 1990, segundo depoimento da senhora Dalvina Alves de Sousa (65 anos), para que acontecesse o leilão era necessário ocorrer a “matança”,⁸ marcando o início da festa, o que não é mais praticado nem reconhecido pela geração atual.

Embora não haja mais a cerimônia de matança, ainda é comum o leilão, onde os pratos são leiloados de forma dinâmica e atrativa, concomitantemente com os bingos. Geralmente os bingos são produtos ofertados pelos moradores, afim de angariar fundos para melhoramento físico da igreja.

Retomando o aspecto profano que também marca esse festejo, vale destacar o pensamento de Tuan (1983), para quem o profano consiste no terreno fora do templo, ao passo que as paredes e o teto de um templo delimitariam fisicamente o espaço sagrado. Contudo, não tencionamos aqui limitar o espaço sagrado às paredes de um templo, mas apenas evidenciar a existência desse lugar destinado às manifestações religiosas, pois

⁸ Reunião da comunidade para sacrificar e preparar aves, porcos e outros animais que seriam oferecidos no leilão, cujos envolvidos queimavam fogos, bebiam vinho e comiam os miúdos dos animais a serem leiloados.

sabemos que muitas vezes as celebrações acontecem ao ar livre, sobretudo quando o templo é pequeno e não comporta os presentes. Exemplo disso é a missa campal, cuja organização é feita com antecedência pela coordenação cerimonial, normalmente em celebrações maiores, como encerramento de festejo.

Para Rosendhal (2018), os elementos constitutivos do espaço profano podem depender, direta ou indiretamente, do espaço sagrado e vice-versa, pois:

O espaço profano diretamente vinculado ao espaço sagrado apresenta forte ligação com as atividades religiosas. Localizam-se nestas áreas o comércio e os serviços vinculados ao sagrado [...] os elementos constitutivos do espaço profano, indiretamente vinculado ao espaço sagrado revelam funções direcionadas aos moradores da hierópolis, mas não totalmente excludentes aos peregrinos. Aparentemente, são as formas espaciais que apresentam a própria dimensão da sociedade local em seus espaços residencial, comercial e de serviços. Inclui-se, no espaço profano indiretamente vinculado, o consumo do lazer usufruído pelo peregrino e pelo morador. (ROSENDHAL, 2018, p. 85-86).

Assim, a festa profana da celebração do Senhor do Bonfim é indiretamente ligada ao sagrado, na área de ocorrência são instaladas diversas barracas de ambulantes (Figura 9), com oferta de produtos variados, como gêneros alimentícios, vestuário, calçados, brinquedos e bebidas. Anualmente se instala ali um miniparque, com diversos brinquedos infantis e atrativos para os adultos, como barraca de tiro e jogo de argolas.

Figura 9 – Barracas de ambulantes instaladas na praça do festejo



Fonte: Monteiro, 2021.

O largo das festas profana e religiosa, geralmente é enfeitado com bandeirinhas coloridas (Figura 10). A cobertura musical é feita por som de aparelhagem com ritmos bem

ecléticos, mas se destacam o tecnomelody e o tecnobrega, possivelmente pelo fato de a maioria dos turistas ser do Pará, onde esses estilos musicais predominam.

Figura 10 – Largo da festa profana



Fonte: Monteiro, 2022.

Noutro tempo destacava-se o ritmo brega, haja vista que Colônia Amélia é a terra natal do cantor Elnocelino Araújo do Nascimento, conhecido pelo nome artístico de Adelino Nascimento, que se intitulava “o cantor apaixonado do povão”. Adelino fez sucesso no Nordeste do Brasil, especialmente no Maranhão e na Bahia. Porém, segundo dados da pesquisa, a comunidade local rompeu laços com ele, deixando de apreciar suas músicas e até mesmo o gênero brega, em virtude de Adelino ter negado suas origens. Os moradores chegaram a retirar da sede de festa a placa que o homenageava.

Outro aspecto cultural que passa de geração em geração na Colônia Amélia é a malhação do Judas,⁹ ainda praticada a cada Sábado de Aleluia. Na madrugada de sexta para sábado, os envolvidos na manifestação saem pelas ruas, adentrando quintais à procura de peças de roupa que possam servir de vestimenta ao Judas, pegando tudo que seja possível

⁹ Tradição vigente em diversas comunidades católicas, na Colônia Amélia o ritual consiste em tiros de espingarda dados em um boneco amarrado a um mastro. Os homens atiram até derrubarem o Judas, que, ao cair, é entregue aos mais jovens para ser surrado até se rasgar por completo.

“plantar na roça dele” (Figura 11). Durante o ritual de montagem, os participantes costumam assar milho, galinhas, patos e tudo que conseguem adquirir nos quintais.

Figura 11 – Roça do Judas



Fonte: Monteiro, 2020.

Ao romper da aurora, os moradores se reúnem em torno da praça Senhor do Bonfim para assistir à malhação do Judas. Ao ouvirem os primeiros tiros, aproximam-se do local da cerimônia (Figura 12). Com a sucessão dos tiros e o avançar das horas, aumenta o número de espectadores, que também aguardam a leitura do pasquim.¹⁰ Esse momento é um ritual à parte: o declamador geralmente é o último a chegar, deixando no ar o mistério se vai ou não ocorrer a leitura, que comumente traz alegria, euforia, amor e até ódio para os ouvintes.

¹⁰ Texto rimado que conta os principais acontecimentos na comunidade, seja de ordem econômica, política, social ou particularidades dos moradores. Apesar do humor impresso ao pasquim, muitos ficam insatisfeitos após a leitura. Geralmente é escrito por um morador com habilidades para elaborar rimas e que sabe os principais acontecimentos ao longo do ano.

Figura 12 – “Roça do Judas” e populares assistindo ao evento



Fonte: Monteiro, 2020.

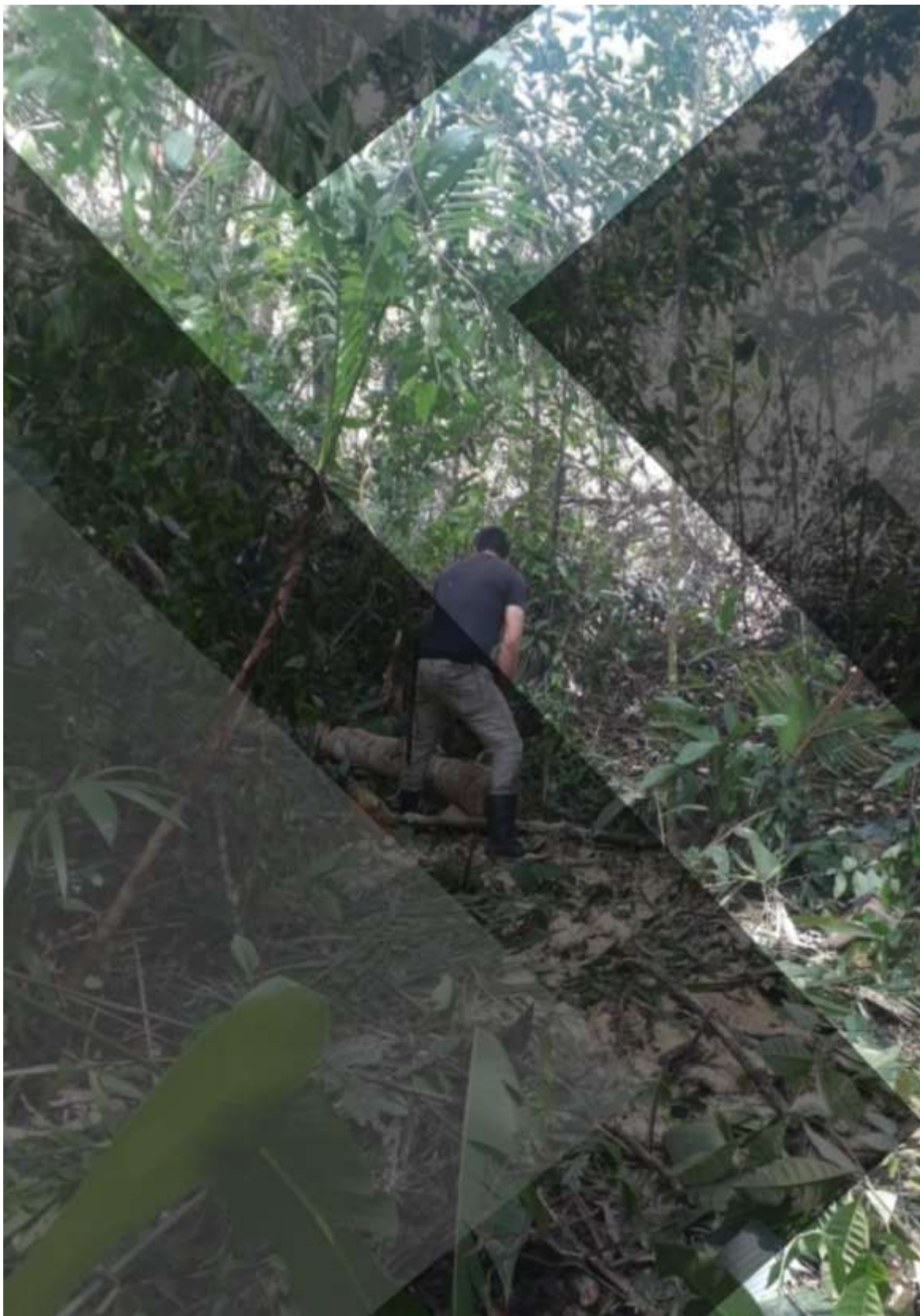
Os aspectos culturais de Colônia Amélia resistem devido à dedicação de alguns moradores mais velhos, que, além de ensinarem os mais novos, transmitem a importância de manter vivas as tradições, pois as consideram parte de sua história, de sua identidade. Os mais jovens recebem tais influências e ensinamentos, no entanto, adaptam tais manifestações às suas atuais vivências. Exemplo disso é a possibilidade já citada de se vestir como o sexo oposto, permitindo que as pessoas expressem sua identidade sem culpa nem medo de recriminação – algo impensado no passado, conforme evidenciado na roda de conversas com os moradores.

Outras manifestações são relacionadas ao cotidiano das novas territorialidades locais, como o aumento e o movimento dos bares devido ao fluxo de trabalhadores do ramo madeireiro e a situação do fluxo no Caqueira, importante rio para Colônia Amélia e comunidades vizinhas.

Segundo Bonnemaïson (2002, p. 392), “O espaço dos homens parece ser de natureza territorial: ele muda, morre e renasce segundo a vida e o destino dos grupos culturais que o compõem”. Sob tal perspectiva, o território se define por e a partir das relações nele estabelecidas, haja vista a existência de cada grupo ser reflexo de forças de dominação ou de resistência.

Nesse sentido, voltamos nossa atenção à resistência das populações locais, cujas manifestações socioculturais exprimem sua identidade territorial, resistindo na medida do possível às ações que a oprimem, tanto em aspectos socioambientais quanto culturais, num território aberto, enquanto palco de lutas no qual se posicionam as respectivas forças sociais existentes. É o que veremos no capítulo a seguir.

4 DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA MARANHENSE: COLÔNIA AMÉLIA E AS NOVAS TERRITORIALIDADES



Fonte: Monteiro, 2021

De acordo com dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em abril de 2021 o desmatamento na Amazônia Legal atingiu 778 km², maior valor da série histórica para o mês nos últimos 10 anos. O registro quantitativo representa um aumento de 45% em comparação ao mês de abril de 2020, quando a soma do desmatamento totalizava 536 km². Essas informações fazem parte do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), responsável por monitorar a região via satélite.

Tais registros destacam os estados com maior área desmatada, sendo o Amazonas líder desse ranking, com 28%; em seguida aparecem Pará (26%), Mato Grosso (22%), Rondônia (16%), Roraima (5%), Maranhão (2%) e Acre (1%). Há uma perda de 126 km² de floresta, o que representa quase 60% de todo o desmatamento do estado detectado em abril. Nos meses subsequentes esse número continuou em alta, chegando a registrar 926 km² de desmatamento na Amazônia Legal em junho, tendo o Maranhão desmatado 3% desse total, com uma significativa alta.

Segundo Barcellos (2018, p. 111), “desde o século XVI, a natureza é comercializada como uma mercadoria das mais lucrativas”. Portanto, a mercantilização da natureza é histórica, constante e voraz, sendo condicionada ao interesse de quem a explora. Uma característica marcante dessa exploração é o avanço da fronteira da Amazônia brasileira no século XX, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, quando se acentua por meio dos investimentos e incentivos governamentais para ocupação e integração da Amazônia ao mercado doméstico (CELENTANO, 2007).

A chegada do século XXI não muda esse cenário. O avanço do desmatamento continua, principalmente na Amazônia Legal (PRATES, 2008), e os conflitos se acentuam, tornando-se cada vez mais complexos. De um lado, interesses ligados ao potencial exploratório de gastos públicos, principalmente com infraestrutura e liberação de crédito; de outro, a expansão de assentamentos e propostas de reforma agrária.

Somam-se a essa problemática, questões ligadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, vislumbrando a criação de unidades de conservação e sistemas que tenham como fim manejar a floresta de forma sustentável. Eis aí um grande desafio. Configura-se assim um instrumento necessário para controlar a exploração florestal, um tipo de garantia da preservação e de melhores condições ambientais para as gerações futuras. Caso contrário, a existência de algumas espécies, tanto da fauna quanto da flora, ficaria comprometida, podendo chegar à extinção.

Nota-se cada vez mais o avanço da fronteira na Amazônia. Segundo Celentano (2007, p. 7), “é um processo dinâmico, voraz e heterogêneo”, onde o uso do território

enquanto recurso, na maioria das vezes, se sobrepõe a outros usos, sendo a natureza posta como servil e ilimitada. Todavia, sabemos que esse é um pensamento vinculado à exploração com fins econômicos, em que se privilegia o lucro em detrimento da preocupação com as gerações futuras, descreditando a importância do manejo sustentável da floresta em pé.

De acordo com o IBGE (2020), a Amazônia Legal brasileira possui uma superfície de aproximadamente 5.015.067,749 km², correspondendo a 58,9% do território nacional. Para Rossoni e Morais (2020), a predominância florestal e a fragilidade socioeconômica de grande parte da sua população tornam essa área ainda mais complexa.

A exploração de madeira na Amazônia Legal é histórica e contínua. Inicialmente se dava de maneira menos agressiva do que nos últimos 30 anos, mas tem se consolidado de forma cada vez mais intensa e predatória, obtendo uma mudança significativa no panorama nacional. “Em pouco mais de três décadas, o desmatamento passou de 0,5% do território da floresta original para quase 17%, atingindo cerca de 700 mil quilômetros quadrados em 2006” (CELENTANO, 2007, p. 7).

A floresta Amazônica, teoricamente, ainda se mantém conservada no tocante ao tamanho e à diversidade. De acordo com o relatório de classificação do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA), isso se torna possível sobretudo porque boa parte dela compõe a Amazônia Legal, abrigando várias unidades de conservação. O ZEE-MA (2020, p. 17) afirma que o bioma amazônico “é reconhecido como um repositório de serviços ecológicos, não só para os povos indígenas e as comunidades locais, mas também para o restante do mundo”.

Porém, fatores como queimadas e desmatamento fragilizam os processos ecológicos que levaram anos para serem construídos e refinados. O ZEE-MA ainda alerta sobre o risco de perda da floresta amazônica no estado do Maranhão, apontando a necessidade de “que sejam criados mecanismos de proteção para a vegetação primária e secundária e o estabelecimento de uma política estatal restritiva de ‘desmatamento zero’” (2020, p. 17). A possibilidade de manejar da floresta em pé traz à tona discussões necessárias para a sobrevivência não só da floresta, mas também das culturas dos sujeitos em volta dela. O Maranhão, segundo o IBGE (2020), é o maior produtor de carvão vegetal da Amazônia Legal. Além disso, há nos municípios maranhenses um intenso fluxo de exploração madeireira, e na maioria dos casos isso ocorre de forma indiscriminada, conforme apontado por Celentano:

[...] atualmente existem apenas quatro empreendimentos madeireiros com licença de operação válida nos municípios do mosaico. Nos últimos dois anos, a SEMA

(Secretaria de Estado do Meio Ambiente) suspendeu as autorizações de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) para essa região (CELENTANO,2018, p.324)

Apesar de tal suspensão, a SEMA “autorizou o desmatamento de 205 km² entre 2014 e 2017, gerando cerca de 540 mil m³ de madeira, sendo 95% de lenha e resíduos e 5% de estaca e tora” (CELENTANO, 2018, p. 324).

Neste panorama, questionamos como se configuram o desmatamento e as novas territorialidades na Colônia Amélia, processos que se acentuam a partir da instalação de serraria na comunidade, privilegiando o uso do território enquanto recurso. Para isso, refletimos sobre as relações imbricadas no cotidiano e analisamos as várias percepções e representações sociais dos sujeitos, aspectos que a caminhada perceptiva possibilitou-nos acessar, além de viabilizar a produção do mapa da localidade com base na nova Cartografia Social.

4.1 Caminhada perceptiva: olhar dos sujeitos espaciais

Consideramos a caminhada perceptiva um importante meio de conhecer as diferentes visões dos integrantes da comunidade sobre as transformações no espaço onde estão inseridos, elemento essencial em nossa análise. As caminhadas foram realizadas em diferentes momentos, de acordo com a faixa etária envolvida, com cerca de vinte participantes, entre crianças, adolescentes, jovens e adultos. A seguir vamos relatar essas experiências (Figura 13).

Figura 13 – Caminhada perceptiva jovens e adolescentes



Fonte: Monteiro, 2022.

Lilya Mayara de Sousa Pinheiro (12 anos) expressa sua surpresa ao saber as consequências da ação madeireira, durante a caminhada em uma área onde está inserida a serraria de extração artesanal onde seu pai trabalha. Segundo a menina, as falas do pai no dia a dia sobre o trabalho seriam diferentes daquilo que ela observa:

O papai fala tão bem do trabalho dele, que pensei ser algo muito bom, mas olhando pra toda essa madeira no chão e esse monte de pó ao redor, o trabalho dele não é tão bom como eu pensava, porque mata muitas árvores, e nós precisamos das árvores vivas.

As falas de Lilya Mayara nos remetem à reflexão sobre a necessidade de abordar a temática no âmbito escolar, uma vez que essa discussão nem sempre ocorre no ambiente familiar. Deixar de tratar um assunto tão presente no território e na realidade dos estudantes pode configurar, de certa forma, omissão pedagógica.

Para o adolescente João Gabriel de Sousa (14 anos), houve mudanças que tornaram totalmente diferentes alguns espaços por ele conhecidos. Por exemplo, em suas memórias era muito bom ir até o igarapé nos passeios da escola, o que agora não é mais possível, pois o local já não existe:

O garapezinho do caminho que nós ía na turma do colégio foi aterrado pelo trator quando fizeram a estrada para passar o caminhão com madeira. Agora resta o Caqueira, mas não vamos em turma por ter lugar que é muito fundo. Eu vou lá, mas com meus pais, mas não tem a mesma graça que tinha quando ia com os amigos do colégio. (João Gabriel, 14 anos).

Para Kaio Rafael (8 anos), o igarapé do caminho não tem muita importância, pois sequer chegou a conhecê-lo. Mas a praça Senhor do Bonfim, onde está a árvore sumaúma, tem um significado muito especial para ele. Esse espaço remete à alegria e ao lazer, principalmente durante a festividade do Senhor do Bonfim, quando se diverte nos brinquedos por lá instalados, além de ser próximo à moradia dos avós. Kaio materializou essa importância através de um desenho (Figura 14).

Figura 14 – Percepção de Kaio Rafael materializada em desenho



Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

Reforçamos a necessidade de projetos pedagógicos nos ambientes escolares que norteiem a discussão de caráter ambiental, pautados no currículo escolar, porém atrelados ao cotidiano dos estudantes locais e objetivando que estes, além de se conscientizarem quanto às consequências do desmatamento, compreendam a necessidade de preservar o meio ambiente para as gerações futuras. Tal abordagem possibilitaria o protagonismo dos estudantes como sujeitos pertencentes ao espaço onde estão inseridos.

Para Paulo Henrique (9 anos), Colônia Amélia é muito importante por remeter à ideia de casa, de lar. Segundo ele, a melhor paisagem da localidade é a rua onde está sua casa, sentimento que expressou no desenho adiante, com destaque para sua rua e identificação de sua casa (Figura 15).

Figura 15 – Percepção de Paulo Henrique materializada em desenho



Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

Deivyson Levi (9 anos) também se manifestou por meio do desenho, representando a entrada de Colônia Amélia, pois, de acordo o menino, essa é a primeira visão que se tem ao chegar na localidade. Além disso, sua percepção destaca os locais de moradia e a vegetação. Ele ainda sinaliza no desenho seu sentimento de amor, colocando em evidência essa palavra, “meu desenho mostra como aqui é um bom lugar” (Figura 16).

Figura 16 – Percepção de Deivyson Levi materializada em desenho



Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

Em alguns momentos da caminhada paramos para conversar, ouvir o relato dos presentes. Foi numa dessas paradas que Rosa Maria Ferreira (Rosinha) trouxe à tona algumas lembranças vividas em lugares que não mais existem, em consequência do desmatamento:

Colônia Amélia é um lugar bom de viver, mas que tem trazido sentimentos não tão bons. Tais sentimentos são em consequência dos desmatamentos, que separa as pessoas do seu lugar de trabalho, modifica locais que antes eram próprios para o lazer, como rios e igarapés. Não há, como antigamente, encontro dos amigos para colher alguns frutos como ingás, bacuri, tucum e outros (Rosa Maria Ferreira, 18 anos).

As falas de Rosinha são ratificadas pelas de Josiane da Silva (26 anos), que durante a caminhada falou com pesar dos olhos d'água de onde brotava água límpida. Devido ao desmatamento da mata ciliar em torno do córrego e ao descarte de resíduos sólidos na área, esse local já não existe. Mas nas lembranças de Josiane, era um lugar tranquilo, onde costumava fugir dos pais para banhar-se com os irmãos e viver suas aventuras.

Izaurina Amorim (40 anos), durante a caminhada, falou dos poços que a comunidade usava para colocar mandioca de molho a fim de produzir farinha, os quais atualmente deram lugar a bebedouros para o gado. A moradora ainda expôs memórias de como seu pai Arnô (*in memoriam*) cultivava milho, quiabo, maxixe, vinagreira, sobretudo mandioca para produção de farinha e dos docinhos já citados:

Nós íamos pro centro, lá aprendi fazer o que sei, principalmente o docinho de goma muito apreciado. Depois que o papai faleceu me dediquei em fabricá-lo. Não sei se ainda será possível o cultivo das roças daqui a um tempo, porque os centros não existem mais. Pra deixar de existir as roças tá um passo. Tudo quanto é lugar estão derrubando as árvores grandes, quando elas não mais existir vão derrubar as menores. Só basta olhar pros lados do nosso lugar, não tem mais os verdes que antes tinham. Aqui foi um lugar muito frio, agora estamos cozinhando de calor. (Izaurina Amorim, 40 anos).

Prosseguindo a caminhada, Elida de Maria Sousa comentou que Colônia Amélia é totalmente diferente do que foi um dia, pois não existem mais alguns lugares onde antes buscava água para o consumo ou brincava com os irmãos. A moradora ainda destacou que as gerações mais jovens e as que estão por vir conhecerão esses lugares apenas a partir da história oral dos mais velhos, o que, segundo ela, caracteriza uma perda irreparável.

Em suma, a caminhada com os adultos nos trouxe significativas informações sobre a localidade pesquisada.

4.1.1 Percepção do caminhar e a produção do mapa situacional

Outro momento marcante da caminhada perceptiva compreende os passos dados para produção do mapa da Nova Cartografia Social, que evidencia o uso dialético do território enquanto abrigo e recurso. Trata-se de um mapa de situação do que agora existe na comunidade, elaborado a partir das memórias e vivências das pessoas. Para tanto, primeiramente foi necessário entender o lugar, como se formou, quais os conflitos presentes nele, daí a importância de conversar com as pessoas da comunidade.

Destacamos que a cartografia não se limita à técnica, mas compreende todo o processo a ela inerente. Com base nessa ideia, a princípio visitamos o laboratório da Nova Cartografia Social da UEMA, sob orientação do então colega de mestrado Antonio José Cruz, agora mestre. Antonio explicou que a relação entre o território e a ação social, na lógica do espaço-tempo cotidiano, é sintetizada em vários projetos desenvolvidos no laboratório. Destacamos também sua colaboração indo até a comunidade para conhecer um pouco da história e das vivências de cada envolvido. Antonio ainda ensinou os presentes a manusear o aparelho GPS, explicando sua importância na elaboração do mapa, além de salientar a necessidade dos croquis que a equipe produziria a partir das visões dos moradores sobre elementos socioculturais e simbólicos que consideravam importantes, produções estas que seriam utilizadas no mapa.

Esses e outros esclarecimentos sobre a Cartografia Social foram feitos em diálogos com as pessoas da Colônia Amélia em quatro reuniões, realizadas nos períodos matutino e vespertino na Escola Municipal Rosa Cardoso, com apoio do professor de geografia do Ensino Fundamental Chiquinho Cardoso e do gestor Agenilson Melo Sousa. Durante as reuniões foram exibidos slides explicativos sobre o conceito de Cartografia da Ação Social, com base em Ribeiro (2002, p. 48) “a cartografia da ação adquire especial relevância os espaços praticados, os espaços usados e a geografia da resistência social”, além das informações pertinentes às etapas de elaboração do mapa e sua importância. As caminhadas perceptivas, já descritas, ocorreram após essas reuniões.

Durante o período da manhã os participantes foram divididos em grupos, que atuaram de forma muito produtiva e positiva no que foi proposto. Entre eles constavam professores, estudantes, pais de estudantes e demais pessoas da Colônia Amélia. Os adultos participaram ativamente no desenho do mapa situacional (Figura 17).

Figura 17 – Participação dos adultos na elaboração do croqui do território/mapa situacional



Fonte: Monteiro, 2021.

Enquanto os adultos faziam o croqui do mapa maior, as crianças esboçavam os elementos para a legenda (Figura 18). Consideramos que, por sua imaginação fértil, as crianças conseguem ilustrar melhor os desenhos a serem adotados, sendo desse modo muito interessante sua participação.

Figura 18 – Participação das crianças na elaboração dos elementos da legenda



Fonte: Monteiro, 2021.

Vale destacar que o mapa de situação pode representar coisas do presente, considerando as percepções atuais, mas também do passado, a partir do resgate das memórias. Nesse sentido, os idosos possuem um papel fundamental por serem os conhecedores de elementos extintos do território, mas que foram importantes para a comunidade. Esses moradores compartilham com os mais jovens tais conhecimentos, assim como fizeram na roda de conversa.

Durante a elaboração do mapa, ainda no período da manhã, os participantes pediram um momento para que pudéssemos tomar um chibé.¹¹ Destacamos que esse foi um momento ímpar e significativo para a pesquisa, pois favoreceu um diálogo muito bom com os envolvidos no processo e permitiu colher informações significativas, além de viver um momento agradável na companhia dos presentes.

Na tarde do mesmo dia, enquanto os grupos prosseguiam na elaboração do mapa e dos desenhos, marcamos os pontos a serem utilizados na cartografia. Por ser uma comunidade grande, alguns trechos foram percorridos de moto. Cada elemento a ser posto no mapa precisava está georreferenciado, pois, embora a cartografia social esteja a serviço da comunidade, também precisa se situar nas conversões cartográficas. No contexto aqui exposto, os pontos marcados são substituídos pelos desenhos feitos pelos moradores, resultando no croqui final do mapa situacional (Figura 19).

¹¹ Bebida típica da localidade, feita com farinha de mandioca, água, sal, limão e ingredientes cultivados nos canteiros das residências, como cheiro-verde, cebolinha, tomate e pimenta.

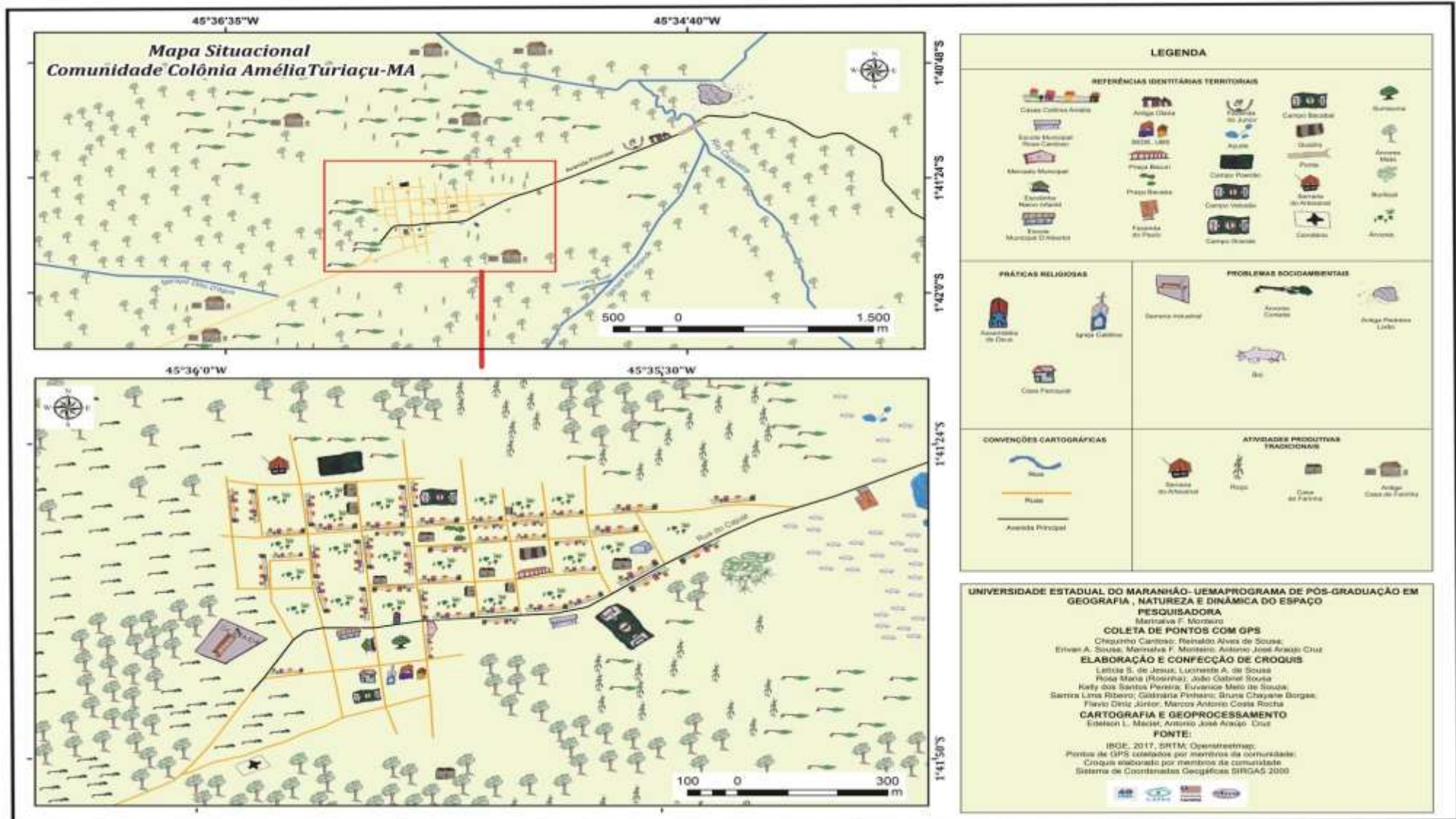
Figura 19 – Resultado final do croqui do mapa situacional



Fonte: Monteiro, 2021.

As marcações foram inseridas no software ArcGIS, e desse modo, partindo das experiências dos sujeitos e dos dados coletados, configurou-se o mapa situacional de Colônia Amélia (Mapa 1).

Mapa 1 – Mapa situacional da Colônia Amélia (MA)



É possível observar no Mapa 1 as diversas escolas na localidade. Todas elas são ligadas à rede pública municipal, com oferta de ensino infantil e fundamental I e II. Existe ainda oferta de ensino médio, porém em parceria com a rede estadual, que cede os profissionais, enquanto o município disponibiliza o espaço físico.

Também chama atenção a quantidade de campos de futebol amador. Segundo dados colhidos na pesquisa, isso se justificava pelo grande número de jovens que gostam da prática esportiva, os quais acabaram construindo campos próximos a suas residências, como o primeiro, o Campo Grande, construído pelos moradores mais antigos da localidade. Os demais foram construídos recentemente pelos mais jovens.

Outro aspecto que se sobressai no mapa é o desenho do cemitério, que envolve uma prática cultural duradoura, mantida pela maioria das famílias. Segundo relatos dos moradores, aqueles que por algum motivo se mudaram para outro lugar, quando falecem são trazidos pelos familiares para serem enterrados no cemitério local, pois ali nasceram, ali foi enterrado seu umbigo quando criança, e ali será depositado o corpo para descanso eterno. Nas falas da senhora Maria Cearense isso ficou bem claro: “meu filho faleceu em São Paulo, foi um sofrimento, mas meu coração está em paz em saber que ele está descansando em casa”.

Destacou-se ainda a antiga olaria, que, apesar de ter sido um agravante ambiental, foi uma grande expressão econômica até 2015, encontrando-se desativada atualmente. A fábrica foi fundada através de uma associação de moradores, com fim de gerar renda e movimentar a economia local. Ficava próxima ao centro da Vila Colônia Amélia, à beira da estrada, localização pensada como estratégia para receber a matéria-prima e escoar os produtos. Embora a produção tenha tido seus dias áureos, não beneficiou os sócios fundadores como a princípio almejavam. Trouxe benefícios, sim, a um político local, que investiu maciçamente na produção e angariou para si os valores gerados, utilizando a associação apenas como meio legal para justificar o funcionamento da olaria.

Quando ativada, a fábrica de tijolos retirava a matéria-prima do rio Caqueira. Se argila estivesse escassa nas margens do rio, o local era abandonado, não sendo mais usado para nenhum outro fim. Foi o que aconteceu com o rio Caqueira (Figura 20).

Figura 20 – Rio Caqueira, de onde se retirava argila para fabricação de tijolos



Fonte: Monteiro, 2015.

Na roda de conversa com os moradores ouvimos que cerca de 50 mil tijolos eram produzidos por dia, gerando uma exportação semanal expressiva, com mais de 350 mil tijolos. Com a produção em alta, os sócios começaram a reivindicar direitos sobre a receita gerada. Os reflexos de tal ação foram conflitos que, após anos de fabricação, levaram a produção ao declínio, bem como a própria fábrica, que atualmente encontra-se em ruínas. Mas o impacto da olaria ficou para esta e para as gerações futuras, conforme é possível observar na Figura 20.

O mapa confirma o que diferentes sujeitos narraram no tocante às transformações terem gerado perda do espaço. Exemplo disso foi o recuo das casas de farinha, que antes eram instaladas em áreas de mata próximas ao rio, em decorrência da melhor fertilidade do solo e do acesso à água tanto para consumo quanto para os processos de produção da farinha.

4.2 Desvelando o cotidiano e as novas territorialidades

A hidrografia é um elemento marcante na localidade, principalmente em relação às águas superficiais. Colônia Amélia possui vários cursos d'água, constituídos pelo segundo maior rio do município, o Caqueira, localizado na porção ocidental-norte do território. Genuinamente turiense, o Caqueira nasce nas proximidades do povoado Santa Rosa II, percorrendo 72 km na direção oeste. Sua extensão compreende grande parte do território de Cândido Mendes, desembocando no rio Maracaçumé, um dos seus principais afluentes. O

Caqueira, assim como o Maracaçumé e o Turiaçu, está entre os mais importantes rios da Bacia do Litoral Ocidental maranhense. A esse respeito, Costa Filho (2021) afirma:

O rio Caqueira é um rio perene, possui caudal razoável quase o ano todo, porém no período de estiagem [...] seu curso d'água desaparece em alguns trechos devido intenso assoreamento ao qual vem sendo submetido. É comum perceber o desmatamento ciliar em grande parte do seu curso para práticas de atividades agrícolas e até mesmo ocupação humana (COSTA FILHO, 2021, p. 165).

O rio Caqueira é um considerável recurso hídrico do município de Turiaçu, servindo como área de drenagem e recarga de outros reservatórios que dele afluem, como os rios Lontra, Cancela, Cocal, Rio Grande, Mocambo, Veado, Nanã, Igarapé Tabocal e outros. Apesar de sua importância, ao longo dos anos vem sofrendo impactos de natureza antrópica, e as consequências de tal ação podemos observar na Figura 21.

Figura 21 – Trecho do rio Caqueira no período de estiagem



Fonte: Sousa, 2015.

Durante o período chuvoso, aumenta consideravelmente a vazão do rio Caqueira, podendo “atingir até cinco metros nos pontos inundados e drenando extensas áreas de seu entorno” (COSTA FILHO, 2021, p. 165). Dessa forma, torna-se um potencial econômico como fonte direta de alimentos, tanto para subsistência quanto para fins comerciais. Além disso, há um fluxo razoável de banhistas aos finais de semana, que vão com familiares e amigos passar um dia de lazer, movimentando a economia para os que vendem bebidas e lanches às margens do rio (Figura 22).

Figura 22 – Venda de lanches e bebidas às margens do rio Caqueira



Fonte: Monteiro, 2021.

É muito comum o fluxo de banhistas, oriundos tanto da comunidade local como da circunvizinhança, inclusive trabalhadores ligados à exploração madeireira. O banho no rio Caqueira tem um atrativo que desafia os banhistas: “o pulo da ponte”, geralmente acompanhado por populares que assoviam e, dependendo da acrobacia durante o pulo, aplaudem. Após pular da ponte (Figura 23), geralmente o banhista se deixa levar pelas correntezas do rio.

Figura 23 – Pulo da ponte no rio Caqueira, no período das cheias



Fonte: Monteiro, 2020.

O pulo da ponte se tornou um ritual, embora haja riscos, dado que não se usa nenhum equipamento de proteção. Até o momento foi registrado um acidente, envolvendo um adulto do sexo masculino. A prática também costuma ser realizada por jovens e adolescentes.

Percebe-se uma íntima relação dos moradores com rio, passada de geração em geração, sendo causa de alegria e afeto. Muitos moradores se locomovem até o rio com o objetivo de pescar e degustar o peixe fresco, cozido ou assado ali mesmo. Essas pessoas passam o dia às margens do Caqueira, levando consigo o anseio de viver a natureza e se afastar da correria do dia a dia (Figura 24).

Figura 24 – Momento de lazer às margens do rio Caqueira



Fonte: Monteiro, 2020.

Nesses momentos, os familiares dividem as tarefas: enquanto uns vão pescar, outros arrumam espetos para os peixes, e outros ainda catam lenha para fazer um braseiro destinado ao assamento (Figura 25). Geralmente o peixe é saboreado com molhos de pimenta e farinha de mandioca.

Figura 25 – Braseiro preparado para assar os peixes à margem do rio Caqueira



Fonte: Monteiro, 2020.

Kaio Rafael (8 anos) materializou em desenho o real significado do rio Caqueira para ele. Assim como muitos, Kaio vê no rio um ponto de encontro dos familiares para viver momentos de lazer em contato com a natureza, praticando a pesca enquanto sustento e forma de entrosamento e troca familiar. Em suas palavras: “sempre que o papai diz que vamos pescar, sei que vamos passar o dia inteirinho juntos”. Mesmo sendo a fala de uma criança, nota-se uma riqueza de pensamento acerca do rio Caqueira, símbolo de existências e resistências para a maioria dos moradores. No desenho por ele traçado (Figura 26) se destacam as árvores às margens do rio, importantes para a manutenção do ciclo hidrológico do “papai Caqueira”, apelido afetivo com que muitos se referem ao rio, expressando sua importância para a população atual bem como para as gerações futuras.

Figura 26 – Percepção de Kaio Rafael materializada no desenho “Pescaria em família”



Fonte: Monteiro, 2020.

Quando se encaminham ao rio, os sujeitos espaciais levam redes de dormir, alimentos e utensílios que lhes propiciem um dia de descanso, ouvindo o rio e seus barulhos. Apetece-lhes explorar esse espaço, que vai além do meio aquático, mas se estende à relação afetiva e intimista. Tal qual o rio se movimenta, nos coloca também em movimento. Nessa ótica, Dardel (2015, p. 20) argumenta que:

O espaço aquático é um espaço líquido. Torrente, riacho ou rio, ele coloca em movimento o espaço [...] O registro afetivo da alegria propõe seu vocabulário para qualificar o mundo aquático. O riso das águas, o trinado ou canção do riacho, sonoridades alegres da cascata, a amplidão feliz do grande rio. Apelo à alegria, vivacidade material do espaço, juventude transparente do mundo.

Neste entendimento de relação com o rio, o senhor Pedro Tomaz Sousa (74 anos) exprime: “o Caqueira é o pai do povo, de onde se tira o sustento, é a ‘melhoridade’ do lugar que nos sustenta, nos traz paz, tranquilidade em olha pra suas águas”. Segundo o entrevistado, esse rio é o que melhor caracteriza a localidade, trazendo sustento ao corpo e ao espírito. É possível relacionar as falas do senhor Pedro Tomaz às afirmações de Dardel (2015), para quem “a água corrente, porque é movimento e vida, aplaina o espaço”. Enquanto fator decisivo de vida, o espaço aquático garante a existência das espécies que dele dependem.

A respeito dos impactos negativos da ação antrópica, a professora Julinar Pereira Sousa (59 anos) afirma: “Nosso rio não é só uma fonte hídrica importante, ele é uma grande fonte de alimentos, que sustentou muitas famílias por diversas gerações e ainda sustentará, apesar de estar sofrendo agressão por parte das pessoas que não entendem sua importância”. A senhora Maria da Glória Ferreira (62 anos), quando questionada sobre o rio, traz a memória da relação entre os sujeitos e o espaço hidrográfico e, ao mesmo tempo, reitera a crítica feita pela professora Julinar:

Esse rio significa tudo. É ele que mantém as roças de muita gente. É lá onde muita gente coloca mandioca de molho pra fazer farinha. Lá pescamos nosso alimento; uns faz caiamanga;¹² outros pesca de anzol; tem gente que pesca de tarrafa e ainda tem uns sem consciência que até coloca timbó pra mode matar os peixes. Como é um veneno, mata tudo que tem lá. Nosso Caqueira não pode morrer ele é a nossa maré.

O rio Caqueira, apesar de muito importante para a população local, encontra-se sob grandes ameaças ambientais devido à retirada de sua mata ciliar. Ao longo de seu curso, atualmente é possível perceber trechos com bancos de areia, sinalizando um processo de assoreamento.

O senhor Elzemir Araújo (62 anos) – que conhece desde criança as técnicas de pescaria e costuma pescar no rio Caqueira, tendo aprendido do seu pai a prática e repassado aos filhos esses conhecimentos – expressou em rima seu pensamento sobre a realidade atual do rio:

¹² Expressão típica do lugar que designa uma forma de pescaria, com uso de uma mesma tarrafa por duas ou mais pessoas nas margens do rio.

*Nós temos aqui um patrimônio,
chamado de rio Caqueira
O governo dá ajuda, os sócios é quem faz a besteira
O dinheiro da colônia de pesca
É só pra comprar malhadeira*

*Este ano de 2022, de todos foi o pior
Com tapage e malhadeira e o veneno timbó
No período da desova, quem via sentia dó.*

É possível notar a tristeza e insatisfação do senhor Elzemir, principalmente com aqueles que recebem o Seguro-Desemprego do Governo Federal – política que garante o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal quando fica impedido de pescar em razão da necessidade de preservar as espécies – e mesmo assim aplicam técnicas agressivas e predatórias, pescando no período da desova, por exemplo, um desrespeito à garantia da preservação ambiental.

Segundo dados obtidos na pesquisa, a economia local é baseada na agricultura, além de trabalhos relativos à extração madeireira, comércio informal de secos e molhados, lojas de confecção, farmácia, lanchonetes, bares, açougues, frutarias e outros. Quanto à produção agrícola, são expressivas as culturas de mandioca, milho, feijão, arroz e pequenas hortas de leguminosas. Essa produção é voltada para o consumo local e para exportação, sobretudo da farinha de mandioca, tendo como destino a sede do município, a cidade de Turiaçu. As atividades de lavoura, principalmente as roças de mandioca, ainda são feitas de forma tradicional e predatória: derruba-se a vegetação e queima-se a área, sem nenhum manejo do solo, processos característicos da roça no toco e na coivara, conhecida tradicionalmente entre a população local, conforme Monteiro (2016).

Outro ponto importante a ser abordado é o recuo das casas de farinha dos pequenos agricultores, decorrente do avanço das ações madeireiras que se instalaram na comunidade. Antes disso, os moradores mantinham ranchos dentro das áreas de roça, as quais geralmente eram vultosas, o que possibilitava tanto a lavoura quanto a criação de animais como suínos, caprinos, aves e pequenas quantidades de gado. Essas criações se destinavam à alimentação da própria família e à venda para outros moradores, aumentando desse modo a renda familiar.

Nos períodos de plantio, capina e colheita, os produtores se deslocavam para essas áreas com seus familiares, passando longos dias ali, sobretudo nas férias escolares dos filhos, alojando-se em ranchos ou nas casas de farinha. Atualmente, a configuração territorial apresenta drásticas mudanças, conforme observado *in loco*. Em decorrência do avanço do

desmatamento, muitos arrendaram suas terras para extração madeireira, que, por vezes, já acontecia sem a devida autorização. Outros abandonaram o local em virtude de saqueamentos de suas propriedades, antes deixadas por dias sem preocupação de que algo semelhante pudesse acontecer.

A perda territorial e o medo atrelado a diversos outros fatores contribuíram para a conformação atual do território. Muitas das casas de farinha, antes localizadas nas áreas de roça, acabaram fixadas nos quintais das residências (Figura 27).

Figura 27 – Casa de farinha em quintais na comunidade – raspagem de mandioca



Fonte: Monteiro, 2021.

Contudo, nem todas as famílias possuem casas de farinha nos quintais (Figura 28). As que não possuem, utilizam a de um familiar ou de amigos que disponibilizam esse espaço para que continuem suas produções de farinha e derivados. Os entrevistados que não dispõem de uma casa de farinha em seu quintal disseram ser esse seu grande objetivo para o momento, a fim de continuar produzindo com menos preocupação e menores prejuízos.

Figura 28 – Casa de farinha em quintais – fabricação de farinha



Fonte: Monteiro, 2021.

A presença dessas casas de farinha nos quintais, segundo os moradores, teve reflexos positivos e negativos. No primeiro caso, há relatos sobre o melhor aproveitamento do tempo e a maior participação dos membros do núcleo familiar na labuta diária. Também se vê como vantagem a possibilidade de aproveitar os resíduos da mandioca para alimentar as galinhas criadas nos quintais (Figura 29).

Figura 29 – Alimentação de galinhas com resíduos de mandioca



Fonte: Monteiro, 2021.

Também visto como positivo, o uso de motor elétrico para triturar a mandioca, conhecido na comunidade como caititu (Figura 30), aumenta a qualidade da farinha e diminui o tempo da produção. Além disso, o uso de água encanada possibilita fazer uma maior quantidade de farinha lavada e com menor mão-de-obra. Essa variedade de farinha é vendida por um valor bem mais expressivo que a comum, o que agrega rentabilidade à produção.

Figura 30 – Motor para triturar mandioca (caititu)



Fonte: Monteiro, 2021.

Quanto aos reflexos negativos, os moradores apontam: dificuldade de transportar a mandioca até as casas de farinha; demanda de maior esforço físico quando não conseguem outros meios de transporte que não sejam lombos de animais; maiores gastos, quando alugam veículo para transporte da mandioca *in natura*; e desentendimentos entre vizinhos, que se incomodam com o cheiro da mandioca amolecida e a fumaça exalada nas ruas ao fabricarem a farinha.

Outro reflexo negativo compreende a relação ambiental inerente ao avanço do desmatamento, que pode se agravar culminando em perda total do espaço voltado à lavoura. Já houve o recuo das casas de farinha para os quintais, mas isso não é possível com as roças. Sem áreas disponíveis ao plantio, haverá perdas graves, desencadeando aumento da pobreza, diminuição da qualidade de vida, entre outros problemas, fazendo com que os sujeitos espaciais que dependem da lavoura passem fome.

4.3 O avanço do desmatamento na Colônia Amélia com a instalação de serrarias

Conforme exposto anteriormente, tem aumentado o desbaste florestal em Colônia Amélia tanto para criação do gado bovino quanto para expandir a ação madeireira na localidade. Essa prática se dá em serrarias artesanais, voltadas à subsistência dos moradores, e serrarias industriais, focadas na exportação. Esta última forma caracteriza atualmente a maior

expressão da extração madeireira, sendo muito comum encontrar caminhões com grandes carregamentos (Figura 31).

Figura 31 – Caminhão sendo carregado para exportação madeireira



Fonte: Monteiro, 2015.

Os grandes carregamentos são feitos cotidianamente, não transparecendo incômodo por parte dos transportadores de que as cargas sejam vistas pelos moradores ou por outras pessoas. Na maioria das vezes, as cargas são transportadas à mostra até certo ponto da estrada vicinal que dá acesso à Colônia Amélia, de onde geralmente passam do caminhão de pequeno porte para caminhões maiores e lonados, ou até mesmo para caminhões baús, antes de acessar a rodovia MA-209.

O uso de caminhões menores se dá pela má condição da estrada vicinal para transportes de grande porte, por isso a logística de escoação da madeira se dá conforme descrito. Esse fluxo tem aumentado consideravelmente nos últimos anos devido à crescente demanda do mercado madeireiro, aquecendo ainda mais o mercado e, concomitantemente, acelerando o desmatamento.

Em Colônia Amélia, assim como em todo o município, não há registros oficiais sobre o desenvolvimento da atividade madeireira, o tipo de manejo, as espécies retiradas, tampouco sobre os movimentos financeiros vinculados à prática.

Por outro lado, a comunidade usa o território da floresta para sua existência, buscando alimentos como pequi, bacuri, buriti, juçara, jatobá, cupuaçu e outros. De lá extraem

o mel e coletam sementes – como a da andiroba, para extração do óleo que possui uma significativa comercialização como produto de medicina popular. Da mesma forma o leite de amapá, extraído da árvore homônima, também é muito utilizado para fins medicinais, tanto na Colônia Amélia quanto em outras localidades. Os moradores buscam na floresta, ainda, materiais que possam utilizar para artesanatos, como cipós para confecção de vassouras, cestos, vasos e outros, e madeira para confecção de canoas e remos utilizados na pesca, construção de casas, cercas e outros usos domésticos, dentre os quais a lenha para cozimento de alimentos e produção da farinha de mandioca e derivados (Figura 32).

Figura 32 – Lenha armazenada para produção da farinha de mandioca



Fonte: Monteiro, 2022.

A lenha utilizada para produzir farinha de mandioca é coletada em áreas de roça logo após o processo de queima, sendo também um procedimento de limpeza da área a ser plantada. Em seguida, geralmente as toras são transportadas até os locais de armazenamento, sob proteção das chuvas e de outras intempéries que as possam desperdiçar. Esses locais costumam ser as próprias casas de farinha; quando estas são instaladas nos quintais, os moradores constroem um espaço próximo para guardar a lenha (Figura 33).

Figura 33 – Armazenamento de lenha em quintais



Fonte: Monteiro, 2022.

Pensando sob a ótica ambiental, a preparação do solo para as roças voltadas à produção de farinha de mandioca, bem como de outras culturas agrícolas, também depende da derrubada de árvores. Entretanto, os produtores fazem isso de forma menos agressiva do que a indústria madeireira, que na maioria das vezes o faz predatoriamente, com pouca ou nenhuma fiscalização.

Quanto a esse aspecto, ressaltamos o avanço do desmatamento na Colônia Amélia a partir da instalação das serrarias que usam o território como recurso, numa ação constante e crescente. O recorte temporal utilizado por nós remete ao ano 2004, pois é a partir daí que se intensifica o processo de extração de madeira na comunidade. Esse período marca a instalação das serrarias com extração industrial, conforme observamos em campo e nas imagens aéreas coletadas, a exemplo da Figura 34.

Figura 34 – Imagem aérea, serraria de extração industrial



Fonte: imagem coletada por drone, 2022.

Nos anos anteriores à instalação da serraria industrial, segundo dados obtidos em campo, já havia extração de madeira. No entanto, isso se dava de forma mais tímida, para uso próprio, como construção de casas (em sua maioria de pau-a-pique) e cercas dos quintais, além da confecção de pontes e outros itens domésticos. Quando instaladas as primeiras serrarias, a extração artesanal se voltou para o comércio, contudo, destinava-se apenas a um mercado consumidor interno, prática exercida ainda nos dias atuais (Figura 35).

Figura 35 – Serraria de extração artesanal



Fonte: Monteiro, 2021.

Nas entrevistas concedidas por sujeitos ligados à extração madeireira direta e indiretamente foi possível obter algumas informações importantes, embora não declaradas oficialmente, por medida de segurança quanto à integridade dos pesquisadores e dos demais envolvidos. Segundo o entrevistado I, costuma-se derrubar muita madeira durante a extração, função esta que não compete ao operador de motosserra; a ele compete “limpar” as árvores que serão transformadas em toras para transporte, no entanto, também se derruba madeira de menor porte.

O entrevistado II, por sua vez, nos informou que as toras de madeira beneficiada pelo operador de motosserra costumam ser transportadas pelo operador de girico (espécie de trator), utilizando para isso a técnica de arrastamento através das clareiras abertas na mata até o local que chamam de batedor¹³ (Figura 36).

Figura 36 – Girico arrastando madeira até o batedor



Fonte: Monteiro, 2021.

O entrevistado III afirmou trabalhar no transporte de sarrafo, limpando desse modo a área reservada à madeira beneficiada. Segundo ele, o sarrafo é um material descartado pela serraria por não possuir valor econômico para os madeireiros. Essa espécie de resíduo da

¹³ Batedor é um tipo de pátio aberto na área de extração com acesso a várias clareiras mata adentro, onde as madeiras são armazenadas até que se complete um carregamento para transporte até o destino de beneficiamento.

madeira beneficiada é vendida pelos próprios “sarrafeiros” no comércio local, embora não tenha retorno financeiro expressivo.

Tentamos por diversas vezes conversar informalmente com uma pessoa ligada aos processos de extração industrial, pois consideramos interessante para a pesquisa contrapor esse posicionamento às informações colhidas entre os moradores. Após diversas tentativas, essa pessoa resolveu prestar algumas declarações, no entanto, preferiu se autodenominar “madeireiro”, embora na verdade seja gerente responsável pela operação financeira e logística da serraria de exploração hoje. O entrevistado disse que a exploração atualmente não possui grandes vantagens, sendo mantida apenas por ordem de seu superior. Segundo ele, a extração é feita em conformidade com as orientações de manejo.

Contrastando as declarações dele, notou-se em campo a discrepância entre os relatos e os fatos, conforme podemos observar na Figura 37.

Figura 37 – Extração de madeira em área de desmatamento florestal



Fonte: Monteiro, 2021.

Nesse contexto é muito comum a utilização de motosserra, utilizada por aquele que se autodenomina “motoqueiro”, que desempenha a função de derrubar as árvores de grande e médio porte. Ele explicou que utiliza motor de potência média para corte, sendo MS 361 o mais indicado para tal finalidade. Em campo foi possível observar corte de árvores com esse método (Figura 38).

Figura 38 – Árvore cortada com uso de motosserra



Fonte: Monteiro, 2021.

As árvores extraídas com motosserra são levadas para beneficiamento na serraria, ficando no pátio até o transporte final. No entanto, coletamos a informação de que há um pátio extra para armazenamento, a fim de driblar uma possível fiscalização. Foi possível constatar a veracidade dessa informação através de imagens aéreas (Figura 39).

Figura 39 – Serraria industrial: pátio externo



Fonte: Imagem coletada por drone (2022).

Conforme se observa na imagem, o pátio externo fica nos fundos da serraria, tendo como fachada uma espécie de “muro verde”. Quem vê de determinado ângulo não imagina sua verdadeira configuração (Figura 40).

Figura 40 – Serraria industrial vista de frente



Fonte: imagem coletada por drone, 2022.

Ao observar as duas últimas figuras, nota-se a manobra usada para esconder o real aspecto da serraria, cujo “pátio oculto” muitos dos moradores locais desconhecem, por se tratar de uma propriedade privada. Somente as imagens coletadas por drone nesta pesquisa revelam tal artifício, uma vez que poucos têm acesso às dependências da serraria.

No capítulo seguinte retomamos as reflexões desenvolvidas na caminhada perceptiva, a fim de compreender o cotidiano e as novas territorialidades dos sujeitos, tendo em vista os diferentes usos do território.

5 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE COLÔNIA AMÉLIA: PROCESSO DE DESMATAMENTO



Fonte: Monteiro, 2021

*Aqui eu cito umas rimas, quero que fique ciente
Algumas coisas do passado e outras sobre o presente
O tema da história é sobre o meio ambiente.*

*O assunto que eu vou falar é sobre a devastação
Em torno de Colônia Amélia esta é a minha região
A um tempo que começou uma grande exploração!*

*A 18 anos atrás era uma mata de serrado
Aonde era assim já tá tudo devorado
Os grilheiros plantando capim cercando e botando o gado!*

*Agora vejamos bem uma grande serraria de 18 anos pracar
O tanto que ela disfiar, quando tá tudo normal
50 metros de pau ela corta todo dia!*

*No momento ainda tá bom tem poucos focos de queimadas
Os posseiros continuam vendendo e a Colônia ficando ilhada
Dou prazo de 5 anos toda floresta acabada!*

*Até o lixo daqui não tem lugar pra botar
São uns 18 quilômetros daqui pra caçamba transportar
Se quiser botar mais perto só se o prefeito indenizar!*

*Hoje em dia o certo não são certo os certo são os errados
Quem quer ser certo e caguêta isso é o dizer dos culpados
Esta é a versão deles só pra não ser condenado!*

*O rico faz o que pensa pode invadir as terras alheias
Deus defenda o pobre errar não faz nen a cara feia
E se der um passo errado vai direto pra cadeia*

*Nós não sabemos até quando vai essa desmatção
Mas cada dia que passa aumenta a poluição os de fora vem pra cá
E os donos do lugar eu não sei pra onde vão!*

*Já estamos sentindo efeito dessa extração ilegais
Uma das grandes causadoras desses danos sociais
Como eu já falei antes dos danos ambientais!*

*Com este impacto e a perda da nossa biodiversidade
Causando um efeito negativo para os climas naturais
Quem sofre o grande efeito são as populações locais!*

*Esta mudança climática é um desequilíbrio total,
Ameaça a extinção vem do crime ambiental
A retirada da cobertura que prejudica o vegetal!*

*Estas rimas que eu fiz pelo meu conhecimento
Cada um faz o que quer eu faço o que eu penço
Pesso desculpas a todos e dou meus agradecimento.*

Elzemir Araújo Melo (62 anos), 2022.¹⁴

¹⁴ Preservamos a grafia e as marcas de oralidade presentes no poema.

Este poema foi elaborado pelo morador da comunidade, fiscal municipal da Secretaria de Meio Ambiente e Abastecimento (Semabam) lotado para exercer suas funções em Colônia Amélia. A fim de obter sua percepção enquanto morador natural da comunidade e fiscal com atribuições ligadas diretamente às questões ambientais, mostramos ao senhor Elzemir algumas imagens coletadas no decorrer da pesquisa. Após observá-las, ele nos pediu um tempo para refletir, e sua resposta foi dada nesse texto escrito em rimas, sintetizando seu pensamento não só enquanto funcionário público municipal, mas como morador que vivencia as diversas e adversas realidades locais.

No decorrer do poema, nota-se uma insatisfação quanto à ação madeireira, que ao longo dos anos atua sem levar em consideração os espaços naturais de uso comum, importantes para as populações locais. Os versos apontam ainda o desaparecimento desses grupos, que aos poucos estão perdendo espaço para diferentes empresas de exploração. Conforme propõe Diegues (2001), e como citado pelo senhor Elzemir, a indústria cerca o território dessas comunidades, na maioria das vezes usando artifícios de grilagem para se apropriar indevidamente e/ou de forma duvidosa desses lugares, em detrimento das populações que usam o território como abrigo. Essas pessoas acabam sofrendo atos de violência, culminando em processos de fragmentação, que é o caso da área por nós estudada.

As observações em campo evidenciaram a percepção dos moradores locais acerca dessa realidade, sobretudo dos moradores mais antigos. Nesse sentido, perseguimos a compreensão sobre a relação deles com a floresta perante os processos de transformação ambiental provocados pelo desmatamento, buscando entender os diversos impactos da instalação de serrarias de exploração madeireira na localidade.

5.1 Reflexões acerca da percepção dos moradores sobre o avanço do desmatamento na Colônia Amélia

Nesta pesquisa buscamos obter diferentes entendimentos sobre a realidade estudada, materializados nas diferentes percepções dos sujeitos envolvidos. Desse modo, aprofundamos aqui a reflexão acerca de como os moradores de Colônia Amélia percebem o processo de desmatamento na localidade.

Uma das formas de compreender esse contexto emerge da observação do dia a dia dos sujeitos com a árvore símbolo da localidade: a sumaúma (*Ceiba Pentandra*) ou samaúma, como é carinhosamente chamada. A árvore está plantada na principal praça da comunidade, a Senhor do Bonfim, e foi plantada há quase 50 anos pelo morador José Felipe Araújo de Sousa (73 anos). Segundo ele, ao plantá-la tencionava obter sombra e tranquilidade, um lugar ventilado favorável à reunião das pessoas do seu círculo de amizade:

Não pensava que a árvore se tornaria tão bem vista pelos moradores a ponto de ser usada por todos para a mesma coisa que eu pensei: reunir para conversar e se divertir, pegar vento no rosto e sombra na cabeça. Ah, isso é muito bom! Vou morrer com o sentimento que fiz algo muito bom para meu lugar. Só queria que cuidassem bem dela pra que ela viva muito e muito. (José Felipe Araújo de Sousa, 73 anos).

Sumaúma é uma árvore frondosa de grande porte, podendo atingir até 50 metros de altura. Ela possui grandes raízes, algumas expostas, conforme foi possível perceber em Colônia Amélia (Figura 42).

Figura 41 – Sumaúma plantada na praça principal Senhor do Bonfim



Fonte: Monteiro, 2021.

Sob a sombra dessa árvore, amigos e namorados se encontram. Também é lá onde acontecem os principais eventos da comunidade, como festejos e movimentos culturais diversos, reuniões e até exposição de eletrodomésticos quando chegam lojas à localidade. Em um esboço da bandeira de Colônia Amélia está presente um desenho da sumaúma, dada sua importância para os moradores.

De acordo com depoimentos colhidos em campo, o torno da praça Senhor do Bonfim foi o primeiro núcleo de povoação da Colônia Amélia, que passou por grandes mudanças na sua paisagem espacial e social. Quanto a esse aspecto, consideramos importante analisar a percepção dos moradores tendo em vista o modo como o avanço do desmatamento tem desencadeado alterações na territorialidade da Colônia Amélia.

A percepção que os moradores possuem do seu lugar traz uma gama de significados experienciados ao longo da vida de cada um. Segundo Tuan (1983), nas experiências estão contidas as concepções e toda a carga de sensações, pensamentos e emoções. Por isso o autor ressalta a importância de conhecer a relação do sujeito com o lugar por ele ocupado. Para Tuan, “as manifestações do amor humano por [seu] lugar” trazem à tona o termo “topofilia”, ao que ele define como um conjunto de “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (1980, p. 107).

Considerando o exposto, evocamos a percepção ambiental dos sujeitos espaciais, com suas complexidades no que tange às interpretações dos diferentes ocupantes do mesmo espaço-lugar.

Na memória do senhor Raimundo Ferreira Lima (91 anos) havia muitas árvores em Colônia Amélia, e os moradores possuíam hectares de terra a perder de vista, que usavam para plantar, extrair madeira utilizada na construção das casas, dos móveis e de utensílios domésticos, como colheres, tamancos, pilões para arroz, milho e outros alimentos. Existiam também rios com uma grande quantidade e variedade de peixes, e era de lá que os habitantes locais retiravam seu alimento, enquanto as matas propiciavam a caça de animais para subsistência, além de incontáveis árvores frutíferas. O senhor Raimundo ainda revela lembranças de sua juventude:

Nós fazia estoque de algumas frutas colhidas no pé, comia semana inteirinha. Algumas árvores tinham nomes. Esses nomes eram dados de acordo com os dono do lugar onde tava a árvore. Tinha o pequizeiro do Arnô, o cupuzeiro da Matinha, o bacurizeiro do Zico. Muitas não me lembro mais. Ficava horas e horas ouvindo os passarinhos cantar mata a dentro. O friozinho de dentro do juçaral era muito bom, muitas vez nós tirava juçara sentindo cheiro de flor. (Raimundo Ferreira Lima, 2021).

Do passado elencado pelo senhor Raimundo, pouco se vê no presente. O barulho dos pássaros nas matas foi substituído pelo ruído de tratores e motosserras; o cheiro das flores, pelo de combustível fóssil refinado; o frio dos juçarais (açazais), pelo calor sufocante devido à falta das copas das árvores, que agora são pranchas, portas, janelas ou algum outro derivado da madeira.

Essa territorialidade que ora se apresenta foi propiciada pela instalação madeireira, que traz consigo o avanço econômico para uns e o desgaste da natureza e do lugar para outros. Percebemos isso na conversa com moradores locais, como a senhora Maria da Glória Ferreira (62 anos), conhecida como Glorinha, em cujas memórias segundo nos afirmou, preserva imagens dos filhos correndo por sua propriedade e ao entorno, atualmente a configuração da propriedade não mais existem como preservada em sua memória, são áreas cercadas destinadas para pastagem de gados.

Dava gosto de ver as roças, quando nós ia pro centro, quase todo mundo tinha um centro, tinha roça. Depois que começaram serrar as árvores, levar madeira daqui, todo lado que se passa só se vê ramal. Minha tristeza é que meus netos não vão poder ter a infância que meus filhos tiveram. (Maria da Glória Ferreira, 2021).

Glorinha fala ainda da água cristalina das cacimbas que outrora era apanhada de cuia, que agora não “existe mais, são apenas boas lembranças”. As cacimbas eram usadas por toda a comunidade e geralmente cuidadas por pessoas da mesma família, sendo cavadas em lugares próximos a juçarais ou outros locais úmidos e sombreados. Muitos cercavam e cobriam suas cacimbas para protegê-las da chuva e de outras intempéries. Atualmente restam algumas ruínas, como a cacimba conhecida como Matinha (Figura 42), que era a mais utilizada como fonte de água para beber.

Figura 42 – Ruínas da cacimba da Matinha



Fonte: Monteiro, 2021.

Outra ruína é a cacimba do Caminho, nome atribuído por sua localização à beira do trajeto que muitos faziam rumo aos locais de roça na direção do Rio Grande. A cacimba do Caminho não possuía um dono específico, sendo cuidada por todos que faziam uso de sua água, tanto para beber como para outros fins, como servir os animais das áreas de soltas nos arredores. Nas memórias da senhora Guilhermina Reis dos Santos (79 anos), essa cacimba serviu a muitas pessoas, mas com o passar dos anos foi deixada de lado. Contudo, para ela, nenhum dos poços atuais possui água tão boa quanto foi a da referida cacimba.

As cacimbas de onde se retirava água para beber geralmente eram menores e continham diversos olhos d'água. As mulheres tinham um hábito antes de pegar a água destinada ao consumo direto: primeiro jogavam toda a água da cacimba fora; esperavam que ela enchesse novamente, e só então enchiam seus baldes. Nas cacimbas destinadas a outros tipos de consumo se dispensava esse ritual. Estas geralmente eram maiores e com fluxo de água corrente, tendo diversas tábuas instaladas à sua volta para lavagem de roupas.

Para a senhora Guilhermina Reis dos Santos (79 anos), o desmatamento em torno dos juçarais desencadeou a seca nas cacimbas, por isso os poços foram transferidos para os quintais das casas, não sendo mais possíveis as tradicionais conversas às margens das cacimbas, enquanto as pessoas lavavam roupas ou davam banhos nos filhos.

A ganância desse povo mexeu com nossa vida. Jogaram os pés de açaí tudo no chão, porque dento do baixo tinha pé de árvore muito grande que eles queriam. Pra tirar os pés de pau maior tivero que jogar os menor embaixo também. O lado bom da coisa foi que muita gente caçou fazer poço no quintal, embora precisasse fazer mais força pra retirar a água, porque o poço era fundo. Precisava de umas boas metragens de corda. Depois de um tempo fiz um poço artesiano no meu quintal, mas levei muncado de dificuldade pra fazer. (Guilhermina Reis dos Santos, 2021).

Quando questionados sobre a presença dos madeireiros, muitos moradores falaram de como a localidade era no passado, de como está agora e ainda de como gostariam que estivesse. O senhor Raimundo (91 anos), por exemplo, traz a memória do tempo em que plantava roça com sua família:

O papai comprava querosene pra nós acender as lamparinas e assim nos alumiar durante a noite. Comprava pouca coisa pra mode nós levar também, porque comida nós não comprava, tinha alqueires de roça de mandioca, de milho, arroz e feijão. Nós comia da roça da caça também. Sobre a caça, tinham muitos tipos e em grandes quantidades, tatu, paca, veado, que só eram caçados como fonte direta para alimentação. Muito diferente hoje em dia. Estão derrubando tudo e isso não é bom, fico triste porque meus bisnetos estão crescendo num tempo ruim. (Raimundo F. Lima, 2021).

Por outro lado, a professora Julinar (59 anos) traz a para discussão as complexidades da percepção dos moradores sobre a extração madeireira em Colônia Amélia, apontando que: “o desmatamento é ruim e isso todos nós sabemos. Mas as pessoas que trabalham na serraria precisam comer, se divertir, e com isso eles ajudam muitas pessoas do nosso lugar sobreviverem, consomem vários produtos comprados aqui”.

Notam-se as divergentes posturas dos sujeitos perante o processo de desmatamento: o que para uns é ruim, para outros se faz necessário, ainda que estes também

reconheçam a parte negativa. Tais discrepâncias se tornam um grande desafio para promover ações voltadas a melhorias socioambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos envolvidos no desenvolvimento desta pesquisa foram de suma importância para reconhecer um pouco mais da comunidade Colônia Amélia, inserida no município de Turiaçu, Maranhão. Partindo da realidade local, consideramos a relevância de refletir sobre o território como abrigo e recurso na Amazônia maranhense, analisando as implicações do desmatamento na reorganização e nas territorialidades da comunidade em estudo. Para tanto, englobamos aspectos socioculturais, discutindo as existências e resistências para manutenção da Colônia Amélia sob o viés da situação geográfica.

Nesse contexto, percebemos que o intenso fluxo de exploração madeireira não tem caminhado na mesma direção do manejo sustentável da floresta, o que seria fundamental para garantir a sobrevivência da flora e da fauna, bem como a manutenção das tradições locais. Propomos, assim, a ligação entre espaços da natureza e espaços utilizados pelos indivíduos, pondo em evidência a centralidade da ação humana no par dialético dos usos territoriais.

Embora o conceito de território seja dinâmico e mutável, conforme expusemos neste estudo, podemos concebê-lo como palco das ações humanas. Nesse sentido, as relações sociais são compreendidas como aspectos da territorialidade, expressando-se diversas vezes no comportamento vivido, na memória afetiva e nas dinâmicas de pertencimento.

Para responder aos questionamentos que fundamentam esta pesquisa, exploramos as informações obtidas nas entrevistas, a fim de compreender o avanço do desmatamento ao longo dos anos e como isso se configura atualmente na percepção dos moradores e dos demais sujeitos envolvidos. A partir do “saber local”, discutimos a ideia do território enquanto abrigo, compreendendo o espaço de aproximação das pessoas como o espaço banal que produz e que agrega esses saberes locais.

A geo-história do território de Colônia Amélia é marcada pela migração cearense, influenciada pelo fator natural da grande seca que calcinou o Nordeste brasileiro no ano 1877. Nesse cenário, destacamos o par dialético no uso do território, que serve como abrigo aos sujeitos e como recurso para as serrarias. Salientamos que as pessoas não constroem só suas casas no território, mas as próprias identidades, amalgamadas à afetividade que mantêm entre si e com o lugar. A pesquisa nos permitiu verificar que os moradores nutrem amor pelo chão onde pisam, respiram, residem e sobretudo vivem e convivem com os seus, estabelecendo assim uma ligação com o espaço ocupado.

Esse chão é sinônimo de vida, mas também de luta, no que reside a ideia de identidade, de enraizamento, conforme defendido por Fremont (1980). Trata-se de uma relação muito próxima e identitária com o lugar, visto como ponto de fortalecimento para que os seus habitantes possam inclusive resistir ao avanço dos agentes de exploração, que veem o território apenas como recurso a fim de obter lucro. Daí decorre o embate entre os vetores hegemônicos no que tange às verticalidades e horizontalidades.

As verticalidades correspondem aos movimentos contraditórios que visam impor seus interesses aos espaços locais e às populações, retirando destes seus bens valiosos: a natureza e a cultura. Em contrapartida, as horizontalidades constituem as manifestações de resistência e as formas de contestação desses vetores hegemônicos.

O embate entre o uso do território como abrigo e recurso desencadeou nosso interesse pela discussão e reflexão acerca dessas complexidades. Entre os moradores da Colônia Amélia há quem se sinta satisfeito com as ações madeireiras na localidade, sobretudo quem possui emprego direto vinculado à ação das serrarias. Sobre esse pensamento há controvérsias; segundo relatos colhidos durante a pesquisa, muitos sofrem com o avanço dos grupos hegemônicos que vêm destruindo e provocando impactos que alteram a territorialidade.

O recuo das casas de farinha dos agricultores é reflexo desse avanço, bem como o aumento do desbaste florestal que conseqüentemente eleva a temperatura local, e se tornou comum o aparecimento de insetos e pragas na localidade. Desse modo, ainda de acordo com a percepção dos moradores locais, são necessárias medidas que pelo menos mitiguem as conseqüências para as gerações futuras.

A realização desta pesquisa é a concretização de um sonho, que nasceu no chão da escola, amadureceu na academia durante a graduação e se firmou ao longo dos últimos dois anos. No decorrer desse caminho não existiram apenas rosas; ao contrário, muitos foram os espinhos. Em meio à pandemia se multiplicaram as incertezas sobre a continuidade do estudo, se conseguiríamos realizar os trabalhos de campo necessários.

A superação das dificuldades e dos pensamentos negativos teve uma injeção de ânimo com a chegada da vacina contra COVID, possibilitando o caminhar da pesquisa. Nesse cenário foi muito positivo o envolvimento dos moradores, que se juntaram a nós contribuindo para que esse sonho se tornasse possível, concreto.

Ressaltamos, por fim, a possibilidade de continuar e aprofundar as reflexões por nós traçadas, pois sabemos que a problemática territorial não se esgota aqui.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008.
- ALVES, V. E. L. Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo. **GeoUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 85-89, 1997.
- BARCELLOS, G. H. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. *In*: HISSA, C. E. V. (org.). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. P.109-129.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORREA, R.; ROSENDHAL, L. (org.). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro. Editora UERJ, 2002. p. 349-380.
- CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul. Maranhão: Edufma, 2008.
- CATAIA, A. M.; RIBEIRO, L. H. L. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia**, Goiânia, v. 11, n. 15, p. 9-30, 2015.
- CELENTANO, D. **O avanço da fronteira na Amazônia**: do boom ao colapso. Belém: Instituto do Homem e o Meio Ambiente da Amazônia, 2007.
- CELENTANO, D. et al. Desmatamento, degradação e violência no -Mosaico Gurupi- - A região mais ameaçada da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, p. 315-339, 2018.
- CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- COSTA FILHO, E. **A Geo-história de Turiaçu na Sala de Aula**: um breve diálogo com o passado e o presente. São Luís: Viegas, 2021.
- DARDEL, E. **O homem e a terra**: a natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- DIEGUES, A.; MOREIRA, A. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.
- DOMINGUES, V. **O Turiaçu**: esboço histórico e geográfico de uma região maranhense. São Luís: Sioge, 1953.
- FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Tradução de Antônio Gonçalves. Coimbra: Almedina, 1980.
- GOTTMANN, J. A. A evolução do concreto de territórios. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-544, 2012.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HISSA, C. E. V. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Relatório Técnico de Classificação da Vegetação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA): Etapa Bioma Amazônico**. São Luís: IMESC, 2020.

INSTITUTO BOLETIM DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA. **Legal-SAD**. 2021. Disponível em: <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-junho-2021-sad/>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

LA BLACHE, P. V. As características próprias da Geografia. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 37-48.

MARTINS, R. C. **Turiapu de ontem e de hoje**. Turiapu: [S. n.], 1959.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MONTEIRO, M. F. **Aspectos geo-históricos da Vila Colônia Amélia, Turiapu-MA**. 2016. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

PRATES, R. C. **O desmatamento desigual na Amazônia brasileira: sua evolução, suas causas e consequências sobre o bem-estar**. 2008. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem: antropogeografia. Tradução de Fátima Murad. *In*: MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

RIBEIRO, A.C.T. et al. Cadernos IPPUR ANO XV, Ago-Dez 2001/Ano XVI, N 1, Jan-jul 2022

ROSENDHAL, Z. Espaço, o sagrado e o profano. *In*: ROSENDHAL, Z. **Uma procissão na geografia**. Rio de Janeiro: Eduerger, 2018, p. 77-92.

ROSSONI, R. A.; MORAES, M. L. Agropecuária e desmatamento na Amazônia Legal brasileira: uma análise espacial entre 2007 e 2017. *Geografia em Questão*, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 3, 2020.

SACK, R. D. **Territorialidade humana**: sua teoria e história. Cambridge: University Press, 1986.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M. *et al.* (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano. 1, n. 1, p. 7-13, 1999a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999b.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 1999c.

SANTOS, M. **O papel ativo da geografia**: um manifesto. Florianópolis: [S. n.], 2000.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequências, 2015.

SILVA, A. N. **Territórios da Vida em Raposa – MA**: geossimbolismos de rendas, redes e barcos. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, São Paulo, ano 4, n. 6, p. 21-28, 1999.

TERRA, A. Conflitos socioambientais na gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso das comunidades Tratada de Cima, Tratada de baixo e Buritizal. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 2, 2017, p. 244-262.

TUAN, YI – Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, YI – Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURIAÇU. **Lei Municipal nº 532, de 1º de julho de 2005**. Dispõe sobre a data do aniversário de fundação da Vila de Colônia Amélia, 2005.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO AOS SUJEITOS ESPACIAIS INTERGERACIONAIS

Tema: **COLÔNIA AMÉLIA/TURIAÇU/MA:** território como abrigo e recurso, um cenário de novas territorialidades.

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

2. Há quanto tempo mora na comunidade?
3. Quando você pensa em Colônia Amélia o que vem a sua cabeça? Qual a importância da que Colônia Amélia representa pra você?
4. Tem desenvolvido qual atividade atualmente? Qual seu trabalho atualmente?
5. Você possui áreas de terra, destinada ao seu trabalho? Faz algum tipo de roça?
Qual?
6. Você já percebeu ao longo do tempo, alguma mudança nos na água que você consome ou onde pesca, mudança no solo, na área de
7. De onde você retira a água que usa no dia a dia? Sempre retirou de onde retira hoje?
8. Aqui tem algum lugar de pesca? E Também de banho?
9. O que o rio Caqueira significa pra você?
10. Você ou alguém da sua família trabalha ou já trabalhou com extração madeireira? De que forma? Ainda tem madeira boa aqui para ser utilizada para construção?
11. Para você o que representa as serrarias instaladas na Colônia Amélia?
12. O que você pensa sobre isso?
13. Quais os impactos ambientais e sociais notas na comunidade? Quais seriam as suas causas?
14. Costuma participar dos eventos festivos de sua religião?
15. Produz alguma coisa voltada ao festejo?
16. Costuma receber parente/visitante no período da festividade? De onde eles vêm?
17. Quais aspectos no festejo considera importante?
18. Comente um pouco sobre as festas, brincadeiras antigas daqui que te chamam



**APÊNDICE B - ROTEIRO AOS AGENTES DINÂMICA DE EXTRAÇÃO
MADEIREIRA**

Qual motivo o levou a escolher Colônia Amélia como destino para trabalho?

Qual a data de sua chegada na comunidade?

Qual função executa no processo de extração madeireira?

Há quanto tempo trabalha no processo de extração madeireira?

Reconhece alguma transformação espaciais ocorridas na comunidade, deste a sua chegada?
Qual?

Sabes ou podes informar em quantitativo, o volume mensal de extração?

Qual o destino da madeira extraída em Colônia Amélia?

Considera positivos ou negativos os resultados financeiros obtido no processo de extração?





APÊNDICE C- TCLE -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Em 2 vias, assinado por cada participante voluntário(a) da pesquisa e pela pesquisadora responsável

O (A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo intitulado “**TERRITÓRIO COMO ABRIGO E RECURSO NA AMAZÔNIA MARANHENSE:** Implicações do desmatamento na reorganização e nas territorialidades da Comunidade Colônia Amélia no Município de Turiaçu-MA”. Que será realizada na Comunidade Colônia Amélia/Turiaçu/MA. Que tem como pesquisadora responsável a Professora Dr^a. Ana Rosa Marques (Professora Adjunta III da Universidade Estadual do Maranhão e analista ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MA).

O presente trabalho faz uma abordagem sobre a comunidade supramencionada, refletindo o território como abrigo e recurso, buscando desvelar o cenário de novas territorialidades atualmente. Neste contexto, pretendemos analisar o avanço do processo de desmatamento no território da Colônia Amélia e suas implicações na territorialidade da comunidade. Para tanto, buscamos compreender os aspectos geo-históricos do processo de ocupação e territorialização da comunidade, interpretando a percepção ambiental dos moradores sobre a transformação ambiental provocada pelo desmatamento.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA ENTREVISTA E IMAGEM

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) na forma impressa, em vídeo, para internet e programas de televisão, das imagens e dados coletados durante roda de conversa/reunião/entrevista por mim livremente concedido, sem ter sido forçado ou obrigado para tanto na entrevista por mim concedida a Marinalva Ferreira Monteiro em, _/_/___

Assinado: _____

Nome: _____

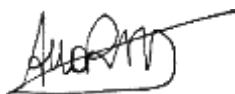
Endereço para contato: _____

Obs.: OS ITENS envolvidos, serão esclarecidos e detalhados aos participantes da pesquisa.

Discente: Marinalva Ferreira Monteiro

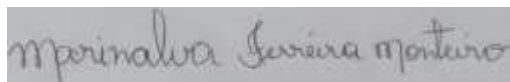
E-mail: marinalvaklm@gmail.com/ Fone: (98) 984333744

Atentamente,



Ana Rosa Marques

CPF: 11133736874



Marinalva Ferreira Monteiro

CPF: 671538363-49/ RG: 017650062001-9